

Questões Comentadas de Língua Portuguesa em Concursos Públicos

Jonas Rodrigo Gonçalves
(coordenador)

Autores(as):

Ana Clara Junqueira Machado

Andiara Alves Oliveira Gomes

Caio Henrique Passos Santos

Carolina França Vasconcelos

Celso Henrique Bernardes

Daniarly da Costa

Erus Marques de Lima

Fabrizio Vieira Resende

Gisele Rodrigues Alvarenga

Heloísa Batista de Oliveira

João Marcos de Sousa Ferreira

Jonas Rodrigo Gonçalves

Rayane Borba da Silva Lúcio

Sérgio Henrique Moreira Lima

Sheila Braga Siqueira

Walter Robson Vieira Torres

Editora



JONAS RODRIGO GONÇALVES
(coordenador)

**QUESTÕES COMENTADAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA EM CONCURSOS
PÚBLICOS**

Autores(as): Ana Clara Junqueira Machado; Andiará Alves Oliveira Gomes; Caio Henrique Passos Santos; Carolina França Vasconcelos; Celso Henrique Bernardes; Daniarly da Costa; Erus Marques de Lima; Fabrício Vieira Resende; Gisele Rodrigues Alvarenga; Heloísa Batista de Oliveira; João Marcos de Sousa Ferreira; Jonas Rodrigo Gonçalves; Rayane Borba da Silva Lúcio; Sérgio Henrique Moreira Lima; Sheila Braga Siqueira; Walter Robson Vieira Torres.

1ª EDIÇÃO

EDITORA FACULDADE PROCESSUS

2018

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-88851-11-5



9 788588 851115

G635g Gonçalves, Jonas Rodrigo.

Questões comentadas de Língua Portuguesa em concursos públicos. / GONÇALVES, Jonas Rodrigo (coord.). 1.ed. Brasília: Faculdade Processus, 2018.

ISBN: 978-85-88851-11-5

1.Língua Portuguesa – Gramática.
I. Título.

CDD 469.5
CDU: 811.134.3'36

Coordenador:

Jonas Rodrigo Gonçalves

Autores(as):

*Ana Clara Junqueira Machado
Andiara Alves Oliveira Gomes
Caio Henrique Passos Santos
Carolina França Vasconcelos
Celso Henrique Bernardes
Danialy da Costa
Erus Marques de Lima
Fabrício Vieira Resende
Gisele Rodrigues Alvarenga
Heloísa Batista de Oliveira
João Marcos de Sousa Ferreira
Jonas Rodrigo Gonçalves
Rayane Borba da Silva Lúcio
Sérgio Henrique Moreira Lima
Sheila Braga Siqueira
Walter Robson Vieira Torres*

Revisão de Texto:

Jonas Rodrigo Gonçalves

Diagramação:

Jonas Rodrigo Gonçalves

Sumário

Introdução	07
1 Questões de nível médio da Polícia Rodoviária Federal, em 2013, pelo Cespe (Cebraspe)	10
2 Questões de Técnico do Tribunal de Contas da União, em 2015, pelo Cespe (Cebraspe)	17
3 Questões do Conselho Regional de Educação Física da 7ª região, em 2016, pela Quadrix	28
4 Questões da Câmara dos Deputados, em 2014, pelo Cespe (Cebraspe)	41
5 Questões do Tribunal Regional do Trabalho, em 2016, pela FCC (Fundação Carlos Chagas)	56
6 Questões da Polícia Federal, em 2014, pelo Cespe (Cebraspe)	73
7 Questões de Auditor do Tribunal de Contas da União, em 2015, pelo Cespe (Cebraspe)	81
8 Questões do Tribunal Superior do Trabalho, em 2012, pela FCC (Fundação Carlos Chagas)	92
9 Questões da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 2017, pelo Cespe (Cebraspe)	104

10 Questões da Polícia Rodoviária Federal, em 2013, pela Quadrix	113
11 Questões do TJDFT, em 2015, pelo Cespe (Cebraspe)	122
12 Questões do Tribunal Superior Eleitoral, em 2012, pela Consulplan	131
13 Questões do Banco do Brasil, em 2014, pela Cesgranrio	151
14 Questões do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2015, pela Vunesp	165
15 Questões do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2016	181
Considerações Finais	194
Referências	196

Introdução

Questões de Língua Portuguesa cobradas em concursos públicos geralmente são consideradas difíceis por parte dos candidatos. Por isso a proposta deste livro em analisar alguns certames recentes. Nesse sentido, foram selecionadas duas questões de cada um dos concursos escolhidos para que tivessem seu gabarito comentado.

Nessa perspectiva, cabe responder “Qual a justificativa dos referidos gabaritos das questões aqui analisadas?” Ou seja, convém entender qual o fundamento linguístico das respostas oficiais.

A análise linguística, que compreende tanto o entendimento dos aspectos interpretativos, no que tange às regras que compõem a gramática normativa da Língua Portuguesa, configura explicação relevante ao gabarito. E assimilar cada resposta é de suma importância.

Este livro tem por objetivo analisar questões de concursos recentes. Traz a perspectiva de

facilitar a compreensão dos exercícios selecionados por parte dos estudantes de provas para cargos públicos. Logo, busca-se o aprimoramento do conhecimento que envolve a vasta área da Língua Portuguesa.

A relevância desta obra se dá por permitir aos autores um aprofundamento do estudo do idioma pátrio, aplicado às provas estudadas. Para a ciência, é importante, pois provas de concursos apresentam a aplicabilidade prática da área linguística. É indispensável, pois envolve o universo dos concursos, que contribui com o domínio idiomático de toda a sociedade.

Do ponto de vista metodológico, o coordenador do projeto dividiu os autores por concurso, orientando-os a selecionarem duas questões de cada prova. Após a escolha, cada colaborador buscou o gabarito definitivo de suas questões. O professor contribuiu com cada aluno(a) na elaboração da justificativa dos gabaritos. E os alunos localizaram citações pertinentes em autores conceituados. Trata-se de uma pesquisa de campo,

uma vez que foi determinado que cada colaborador(a) buscasse provas recentes, após a entrada em vigor do Novo Acordo Ortográfico. Consiste também numa pesquisa bibliográfica, dado que livros foram utilizados para respaldar as questões.

Neste livro, portanto, serão analisadas algumas questões dos seguintes concursos: PRF, TCU, CREF7, Câmara dos Deputados, TRT, PF, TST, SEDF, TJDFT, TSE, BB, TJSP, IFECT.

1 Questões de nível médio da Polícia Rodoviária Federal, em 2013, pelo Cespe (Cebraspe).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

João Marcos de Sousa Ferreira²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso da Polícia Rodoviária Federal, em 2013, para o cargo de nível superior de Policial Rodoviário Federal, pela banca examinadora Cespe (Cebraspe).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus (DF), membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

1.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Leio que a ciência deu agora mais um passo definitivo. É claro que o definitivo da ciência é transitório, e não por deficiência da ciência (é ciência demais), que se supera a si mesma a cada dia... Não indaguemos para que, já que a própria ciência não o faz — o que, aliás, é a mais moderna forma de objetividade de que dispomos.

Mas vamos ao definitivo transitório. Os cientistas afirmam que podem realmente construir agora a bomba limpa. Sabemos todos que as bombas atômicas fabricadas até hoje são sujas (aliás, imundas) porque, depois que explodem, deixam vagando pela atmosfera o já famoso e temido estrôncio 90.

Ora, isso é desagradável: pode mesmo acontecer que o próprio país que lançou a bomba venha a sofrer, a longo prazo, as consequências mortíferas da proeza. O que é, sem dúvida, uma sujeira.

Pois bem, essas bombas indisciplinadas, mal-educadas, serão em breve substituídas pelas bombas n, que cumprirão sua missão com lisura: destruirão o inimigo, sem riscos para o atacante. Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?

Ferreira Gullar. Maravilha. *In*: A estranha vida banal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 109.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Tendo a oração “que se supera a si mesma a cada dia” caráter explicativo, o vocábulo “que”

poderia ser corretamente substituído por pois ou porque, sem prejuízo do sentido original do período.

A assertiva está errada, pois é uma oração subordinada adjetiva e não pode o “que” ser substituído por “pois” ou “porque”, visto que essas conjunções são coordenativas explicativas. Nesse sentido, o gabarito é falso por sugerir substituição por conjunções coordenativas, sendo que orações adjetivas só podem ser introduzidas por pronomes relativos.

Isso se respalda em Bechara (2009, p.486):

Funções sintáticas do relativo das orações adjetivas – As orações adjetivas iniciam-se por pronome relativo que, além de marcar a subordinação, exerce uma função sintática da oração a que pertence.

1.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Todos nós, homens e mulheres, adultos e jovens, passamos boa parte da vida tendo de optar entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Na realidade, entre o que consideramos bem e o que consideramos mal. Apesar da longa permanência da questão, o que se considera certo e o que se considera errado muda ao longo da história e ao redor do globo terrestre.

Ainda hoje, em certos lugares, a previsão da pena de morte autoriza o Estado a matar em nome da justiça. Em outras sociedades, o direito à vida é inviolável e nem o Estado nem ninguém tem o direito de tirar a vida alheia. Tempos atrás era tido como legítimo espancaram-se mulheres e crianças, escravizaram-se povos. Hoje em dia, embora ainda

se saiba de casos de espancamento de mulheres e crianças, de trabalho escravo, esses comportamentos são publicamente condenados na maior parte do mundo.

Mas a opção entre o certo e o errado não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia. Muitas e muitas vezes é na solidão da consciência de cada um de nós, homens e mulheres, pequenos e grandes, que certo e errado se enfrentam.

E a ética é o domínio desse enfrentamento.

Marisa Lajolo. Entre o bem e o mal. *In*: Histórias sobre a ética. 5.^a ed. São Paulo: Ática, 2008 (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

Devido à presença do advérbio “apenas”, o pronome “se” poderia ser deslocado para

imediatamente após a forma verbal “coloca” ,da seguinte forma: coloca-se.

A questão está incorreta, visto que o pronome “se” não poderia se deslocar para depois do verbo, pois palavras com sentido negativo atraem o pronome para antes do verbo e no caso a palavra “não” de sentido negativo, atrai o pronome “se” para antes da forma verbal “coloca”. Pronome antes do verbo recebe a denominação de próclise, após o verbo recebe a denominação de ênclise e no meio do verbo recebe a denominação de mesóclise. Nesta questão a colocação pronominal vem antes do verbo, ou seja, é uma próclise.

Isso se respalda na fundamentação de Almeida (2005, p.494), que verbera:

Nas orações negativas, uma vez que a negativa, quer constituída de advérbio, quer de pronome, quer de conjunção, atrai o pronome oblíquo para antes do verbo: “Nada lhe fiz” e não: “Nada fiz-lhe”, “Ninguém o conhece” e não: “Ninguém conhece-o”, “Ele não foi nem se deixou levar” e não: “...nem deixou-se levar”.

2 Questões de Técnico do Tribunal de Contas da União, em 2015, pelo Cespe (Cebbraspe).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Erus Marques de Lima²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do Tribunal de Contas da União, em 2015, para o cargo de nível superior de Técnico Federal de Controle Externo, pela banca examinadora Cespe (Cebbraspe).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Processus (DF), membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

2.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Nas sociedades antigas, tanto as leis quanto os códigos eram considerados expressões da vontade divina, revelada mediante a imposição de legisladores que dispunham de privilégios dinásticos e de uma legitimidade garantida pela casa sacerdotal. As leis eram objeto de respeito e veneração, e, por serem asseguradas por sanções sobrenaturais, dificilmente o homem primitivo questionava sua validade e sua aplicabilidade.

Escreve H. Summer Maine que algumas experiências societárias, ao permitirem o declínio do poder real e o enfraquecimento de monarcas hereditários, acabaram por favorecer a emergência de aristocracias, depositárias da produção legislativa, com capacidade de julgar e de

resolver conflitos. Aquele momento inicial de um direito sagrado e ritualizado, expressão das divindades, desenvolveu-se na direção de práticas normativas consuetudinárias. À época do direito consuetudinário, largo período em que não se conheceu a invenção da escrita, uma casta, ou aristocracia, investida do poder judicial, era o único meio que poderia conservar, com algum rigor, os costumes da raça ou da tribo. O costume aparece como expressão da legalidade, de forma lenta e espontânea, instrumentalizada pela repetição de atos, usos e práticas.

A invenção e a difusão da técnica da escritura, somadas à compilação de costumes tradicionais, proporcionaram os primeiros códigos da Antiguidade, como o de Hamurábi, o de Manu, o de Sólon e a Lei das XII Tábuas. Constata-se, destarte, que os textos legislados e escritos eram melhores depositários do direito e meios mais eficazes para conservá-lo que a memória de certo número de pessoas, por mais

força que tivessem em função de seu constante exercício.

Esse direito antigo, tanto no Oriente quanto no Ocidente, não diferenciava, na essência, prescrições civis, religiosas e morais. Somente em tempos mais avançados da civilização é que se começou a distinguir o direito da moral e a religião do direito.

Certamente, de todos os povos antigos, foi com os romanos que o direito avançou para uma autonomia diante da religião e da moral.

Antônio C. Walker. O direito nas sociedades primitivas. In: Antônio C. Walker (Org.) Fundamentos de história do direito.

Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 19-20 (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Conforme as ideias apresentadas no texto, a legislação escrita era mais confiável que a legislação instrumentalizada pela repetição de usos.

A resposta da questão em pauta se configura como *Certa*, entendamos o motivo para que se chegasse a essa conclusão.

O texto se refere à história do Direito nas sociedades primitivas, e como surgiram os primeiros legislados até mesmo antes da escrita, além de aludir à forma em que o Direito foi avançando com o tempo, através principalmente dos Romanos, tornou-se autônomo o direito diante da religião e da moral.

E por meio dessa evolução das civilizações, o texto afirma que os textos legislados e escritos eram melhores depositários do Direito e meios mais eficazes para conservá-lo que a memória de certo número de pessoas, por mais força que tivessem, em função de seu constante exercício, o que torna a questão verdadeira.

Isso se respalda em Kleiman (1989):

O leitor constrói e não apenas recebe um significado global para o texto; ele procura pistas formais, antecipa essas pistas, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões. Contudo, não há reciprocidade com a ação do autor, que busca essencialmente a adesão do leitor, apresentando para isso, da melhor maneira possível, os melhores argumentos, a evidência mais convincente de forma mais clara possível, organizando e deixando no texto pistas formais a fim de facilitar a consecução de seu objetivo.[...] Isso não quer dizer que sempre haja necessidade de explicitação, mas que o implícito possa ser inferido, ou por apelo ao texto ou por apelo a outras fontes de conhecimento.

2.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Nas sociedades antigas, tanto as leis quanto os códigos eram considerados expressões da vontade divina, revelada mediante a imposição de legisladores que dispunham de privilégios dinásticos e de uma legitimidade garantida pela casa sacerdotal. As leis eram objeto de respeito e veneração, e, por serem asseguradas por sanções sobrenaturais, dificilmente o homem primitivo questionava sua validade e sua aplicabilidade.

Escreve H. Summer Maine que algumas experiências societárias, ao permitirem o declínio do poder real e o enfraquecimento de monarcas hereditários, acabaram por favorecer a emergência de aristocracias, depositárias da produção legislativa, com capacidade de julgar e de

resolver conflitos. Aquele momento inicial de um direito sagrado e ritualizado, expressão das divindades, desenvolveu-se na direção de práticas normativas consuetudinárias. À época do direito consuetudinário, largo período em que não se conheceu a invenção da escrita, uma casta, ou aristocracia, investida do poder judicial, era o único meio que poderia conservar, com algum rigor, os costumes da raça ou da tribo. O costume aparece como expressão da legalidade, de forma lenta e espontânea, instrumentalizada pela repetição de atos, usos e práticas.

A invenção e a difusão da técnica da escritura, somadas à compilação de costumes tradicionais, proporcionaram os primeiros códigos da Antiguidade, como o de Hamurábi, o de Manu, o de Sólon e a Lei das XII Tábuas. Consta-se, destarte, que os textos legislados e escritos eram melhores depositários do direito e meios mais eficazes para conservá-lo que a memória de certo número de pessoas, por mais

força que tivessem em função de seu constante exercício.

Esse direito antigo, tanto no Oriente quanto no Ocidente, não diferenciava, na essência, prescrições civis, religiosas e morais. Somente em tempos mais avançados da civilização é que se começou a distinguir o direito da moral e a religião do direito.

Certamente, de todos os povos antigos, foi com os romanos que o direito avançou para uma autonomia diante da religião e da moral.

Antônio C. Walker. O direito nas sociedades primitivas. In: Antônio C. Walker (Org.) Fundamentos de história do direito.

Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 19-20 (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

Nas sociedades antigas, houve período em que o direito era consuetudinário, ou seja, baseava-se nas práticas, nos hábitos e nos costumes da sociedade.

O gabarito da questão em análise é “Certo”, entendamos o porquê.

O direito consuetudinário é aquele que provém dos costumes de uma determinada sociedade, ou seja, que não passou por um processo formal de criação e formulação de leis, em que o poder legislativo cria leis, emendas constitucionais, medidas provisórias etc. O conceito de consuetudinário nesse cenário diz respeito à forma em que os costumes passados de geração em geração se transformaram em lei nas sociedades antigas, sem precisarem necessariamente estar num papel ou ser sancionadas ou promulgadas, assumindo um critério cultural. Podendo dessa forma, assumir a veracidade da afirmativa.

Isso se respalda na fundamentação de Gonçalves (2011, p.126), que verbera:

Obviamente se faz necessário ao entendimento de um texto um profícuo estudo gramatical, ao qual não se propõe este trabalho. Ter o domínio da Gramática é algo essencial para conseguir melhor entender um texto.

3 Questões do Conselho Regional de Educação Física da 7ª região, em 2016, pela Quadrix

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Heloísa Batista de Oliveira²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do CREF7 (Conselho Regional de Educação Física da 7ª região), em 2016, para o cargo de nível médio “Auxiliar de Atendimento e Administração”, pela banca examinadora Quadrix.

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus (DF), membra do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

3.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Para responder às questões de 1 a 3, leia o texto a seguir.

Correr proporciona ganhos cerebrais a sexagenários

Estudo elaborado na Unicamp indica que prática de treinos de resistência proporciona ganhos cerebrais a corredores sexagenários.

Correr proporciona ganhos cerebrais para sexagenários, segundo estudo elaborado na Unicamp, a Universidade Estadual de Campinas. O envelhecimento está relacionado a perdas cerebrais e de tecidos musculares, acompanhadas por disfunções cognitivas. O treino de resistência tem sido amplamente recomendado para atenuar dores musculares, mas os efeitos proporcionados

ao tecido cerebral por esse tipo de atividade ainda não estão suficientemente claros.

Um estudo que foi assinado por Eduardo Bodnariuc Fontes, ligado ao Departamento de Neurologia da Unicamp, avançou nessa área do conhecimento. O trabalho, publicado no “Sports Sciences for Health”, publicação eletrônica ligada à Universidade de Milão e à Sociedade Italiana de Estudos Esportivos, consiste na observação dos efeitos na matéria cinzenta cerebral de idosos submetidos a treinos de resistência propostos ao longo de um período de 12 semanas.

Sete participantes foram recrutados, sendo quatro homens e três mulheres com idades variando entre 61 e 68 anos. A anatomia cerebral foi mapeada com utilização de ressonância magnética antes e depois dos treinos. A densidade da matéria cinzenta foi isolada e comparada em dois momentos: anterior e posterior ao exercício.

Os dados demonstraram que o treino promoveu aumento de densidade da matéria cinzenta nos lóbulos anterior e posterior do

cerebelo, bem como outros benefícios. O estudo indica que o treino de resistência pode ser uma alternativa bem-sucedida de intervenção se a finalidade é melhorar a densidade neuronal do cérebro em áreas ligadas ao controle motor e ao conhecimento nos mais velhos.

<http://www.educacaofisica.com.br/saude-bem-estar/terceira-idade/correr-proporciona-ganhos-cerebrais-a-sexagenarios>.

Acesso em 15/10/2016.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Em “Um estudo que foi assinado por Eduardo Bodnariuc Fontes, ligado ao Departamento de Neurologia da Unicamp, avançou nessa área do conhecimento”, o termo grifado é classificado sintaticamente como:

- (a) sujeito simples.*
- (b) sujeito desinencial.*
- (c) agente da passiva.*
- (d) adjunto adnominal.*
- (e) complemento nominal.*

A alternativa “a” não é o gabarito, pois o sujeito simples é apenas um núcleo que é ligado diretamente ao núcleo e no caso o verbo posterior “ligado” está se referindo ao “estudo” e não ao Eduardo Bodnauric. A opção “b” não é o gabarito, devido ao sujeito desinencial ser um sujeito oculto que se esconde no verbo, ou seja, ele não aparece na frase. A alternativa “d” não é o gabarito, pelo fato do adjunto adnominal ser um termo que determina, especifica ou determina um substantivo e no caso queremos classificar o agente. A opção “e” não é o gabarito, pois o complemento nominal é o termo da oração que, sempre precedido por uma preposição (de, a, com, em, por etc.), completa o sentido de um substantivo abstrato, e no caso não está complementando um substantivo. Já a alternativa

“c” é o gabarito, pois o agente passivo pratica a ação dentro da voz passiva (verbo ser “foi” + particípio “assinado”) e sempre será precedido pela preposição por ou de (o que é mais raro). Convém ressaltar que ao transformar este trecho para a voz ativa teríamos “Eduardo Bodnariuc Fontes assinou um estudo”, ou seja, sabe-se que o sujeito da voz ativa se torna agente da passiva.

Isso se respalda em Cunha & Cintra (2008, p.161):

agente da passiva é o complemento que, na voz passiva auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito. Este complemento verbal – normalmente introduzido pela preposição por (ou per) e, algumas vezes, por de – pode ser representado. a)por substantivo ou palavra substantivada: Esta carta foi escrita “por” um “marinheiro” americano. Um jornal é lido “por” muita “gente”. b)por pronome: Ele “dela” é ignorado. Ela para ele é ninguém. A mesma oração foi “por mim” proferida em São José dos Campos, minha cidade natal. c)por numeral: Tudo quanto os leitores sabem de um e de outro foi ali exposto “por ambos”, e “por ambos” ouvido entre abatimentos e cólera. Não devem ser escutadas por todos; têm de ser ouvidas “por um”. d)por oração substantiva: E se a primeira pode não encontrar partidários incondicionais, a segunda é certamente subscrita “por quantos tenham uma experiência análoga, e não pensam a América, mas se incorporam nela,

sem deixarem de ser Europeus. Mariana era apreciada “por todos quantos iam a nossa casa, homens e senhoras”. Já para transformar a oração passiva em ativa: 1.Quando uma oração contém um verbo construído com objeto direto, ela pode assumir a forma passiva, mediante as seguintes transformações: a) o objeto direto passa a ser sujeito da passiva; b) o verbo passa à forma passiva analítica do mesmo tempo e modo; c) o sujeito converte-se em agente da passiva. Exemplo: A inflação corrói os salários, convertida na oração passiva, teríamos: Os salários são corroídos pela inflação. 2.Se numa oração da voz ativa o verbo estiver na 3º pessoa do plural para indicar a indeterminação do sujeito, na transformação passiva cala-se o agente. Assim: (Voz ativa) Aumentaram os salários. Contiveram a inflação. (Voz passiva) Os salários foram aumentados. A inflação foi contida. Observações: 1ª) Cumprir não esquecer que, na passagem de uma oração da voz ativa para a passiva, ou vice-versa, o agente e o paciente continuam os mesmos; apenas desempenham funções sintáticas diferentes. 2ª) Na voz passiva pronominal, a língua moderna omite sempre o agente: “Aumentou-se” o salário dos gráficos. “Conteve-se” a inflação em níveis razoáveis.

3.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Correr proporciona ganhos cerebrais a sexagenários

Estudo elaborado na Unicamp indica que prática de treinos de resistência proporciona ganhos cerebrais a corredores sexagenários.

Correr proporciona ganhos cerebrais para sexagenários, segundo estudo elaborado na Unicamp, a Universidade Estadual de Campinas. O envelhecimento está relacionado a perdas cerebrais e de tecidos musculares, acompanhadas por disfunções cognitivas. O treino de resistência tem sido amplamente recomendado para atenuar dores musculares, mas os efeitos proporcionados ao tecido cerebral por esse tipo de atividade ainda não estão suficientemente claros.

Um estudo que foi assinado por Eduardo Bodnariuc Fontes, ligado ao Departamento de Neurologia da Unicamp, avançou nessa área do conhecimento. O trabalho, publicado no “Sports Sciences for Health”, publicação eletrônica ligada à Universidade de Milão e à Sociedade Italiana de Estudos Esportivos, consiste na observação dos efeitos na matéria cinzenta cerebral de idosos submetidos a treinos de resistência propostos ao longo de um período de 12 semanas.

Sete participantes foram recrutados, sendo quatro homens e três mulheres com idades variando entre 61 e 68 anos. A anatomia cerebral foi mapeada com utilização de ressonância magnética antes e depois dos treinos. A densidade da matéria cinzenta foi isolada e comparada em dois momentos: anterior e posterior ao exercício.

Os dados demonstraram que o treino promoveu aumento de densidade da matéria cinzenta nos lóbulos anterior e posterior do cerebelo, bem como outros benefícios. O estudo indica que o treino de resistência pode ser uma

alternativa bem-sucedida de intervenção se a finalidade é melhorar a densidade neuronal do cérebro em áreas ligadas ao controle motor e ao conhecimento nos mais velhos.

<http://www.educacaofisica.com.br/saude-bem-estar/terceira-idade/correr-proporciona-ganhos-cerebrais-a-sexagenarios>.

Acesso em 15/10/2016.

Observe esta passagem do texto:

“Os dados demonstraram que o treino promoveu aumento de densidade da matéria cinzenta nos lóbulos anterior e posterior do cerebelo, bem como outros benefícios”.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

A segunda oração do período acima é classificada como:

(a)oração subordinada substantiva objetiva indireta.

(b)oração subordinada substantiva completiva nominal.

(c)oração subordinada substantiva predicativa.

(d)oração subordinada substantiva objetiva direta.

(e)oração subordinada substantiva apositiva.

“Os dados (sujeito do verbo) demonstraram (VT?) que o treino promoveu aumento de densidade da matéria cinzenta nos lóbulos anterior e posterior do cerebelo, bem como outros benefícios” (O?).

A alternativa “a” não é o gabarito, por causa de a oração subordinada substantiva objetiva indireta atuar como objeto indireto do verbo da oração principal, ela vem precedido de preposição (em alguns casos isso pode ser implícito no texto), podendo ser substituído por “nisto” o que não conseguimos fazer na frase acima.

A alternativa “b” está incorreta, pois a oração subordinada substantiva completiva completa um nome que pertence a oração principal.

A opção “c” não é o gabarito, pois a oração subordinada substantiva predicativa vem sempre após o verbo “ser” o que não temos em nossa oração.

A alternativa “e” não é o gabarito, pelo motivo de exerce o aposto do termo da oração principal sendo separada por dois pontos ou um travessão, o que não podemos encontrar nesta oração.

Já a alternativa “d” é o gabarito, já que a oração subordinada substantiva objetiva direta exerce função de objeto direto do verbo da oração principal, então podemos colocar o macete “isso” Ex: Os dados demonstraram o quê? Demonstraram ISSO, e neste caso é desenvolvida pela conjunção integrante “que”.

Isso se respalda na fundamentação de Cunha & Cintra (2008, p.614), que verbera:

As orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais, porque as funções que desempenham são comparáveis às exercidas por substantivos, adjetivos e advérbios. As orações subordinadas substantivas vêm normalmente introduzidas pela conjunção integrante “que” (às vezes, por “se”).

[...] 2. Objetivas diretas, quando exercem a função de objeto direto: Respondi-lhe / que já tinha lido a receita em qualquer parte; Não sei / se padre Bernardino concordará comigo.

4 Questões da Câmara dos Deputados, em 2014, pelo Cespe (Cebraspe).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Andiara Alves Oliveira Gomes²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso da Câmara dos Deputados, em 2014, para o cargo de nível superior de Consultor Legislativo, pela banca examinadora Cespe (Cebraspe).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus (DF), membra do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

4.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Pedi ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que falasse sobre a ideia que o projetou. A síntese da metafísica dos povos “exóticos” surgiu em 1996 e ganhou o nome de “perspectivismo ameríndio”.

Fazia já alguns anos, então, que o antropólogo se ocupava de um traço específico do pensamento indígena nas Américas. Em contraste com a ênfase dada pelas sociedades industriais à produção de objetos, vigora entre esses povos a lógica da predação. O pensamento ameríndio dá muita importância às relações entre caça e caçador — que têm, para eles, um valor comparável ao que conferimos ao trabalho e à fabricação de bens de consumo. Diferentes espécies animais são

pensadas com base na posição que ocupam nessa relação. Gente, por exemplo, é, ao mesmo tempo, presa de onça e predadora de porcos.

Pesquisas realizadas por duas alunas de Viveiros de Castro, na mesma época, com diferentes grupos indígenas da Amazônia, chamavam a atenção para outra característica curiosa de seu pensamento: de acordo com os interlocutores de ambas, os animais podiam assumir a perspectiva humana. Um levantamento realizado então indicava a existência de ideias semelhantes em outros grupos espalhados pelas Américas, do Alasca à Patagônia. Segundo diferentes etnias, os porcos, por exemplo, se viam uns aos outros como gente. E enxergavam os humanos, seus predadores, como onça. As onças, por sua vez, viam a si mesmas e às outras onças como gente. Para elas, contudo, os índios eram tapires ou pecaris — eram presa.

Ser gente parecia uma questão de ponto de vista. Gente é quem ocupa a posição de sujeito. No mundo amazônico, escreveu o

antropólogo, “há mais pessoas no céu e na terra do que sonham nossas antropologias”.

Ao se verem como gente, os animais adotam também todas as características culturais humanas. Da perspectiva de um urubu, os vermes da carne podre que ele come são peixes grelhados, comida de gente. O sangue que a onça bebe é, para ela, cauim, porque é cauim o que se bebe com tanto gosto.

Urubus entre urubus também têm relações sociais humanas, com ritos, festas e regras de casamento.

Tudo se passa, conforme Viveiros de Castro, como se os índios pensassem o mundo de maneira inversa à nossa, se consideradas as noções de “natureza” e de “cultura”. Para nós, o que é dado, o universal, é a natureza, igual para todos os povos do planeta. O que é construído é a cultura, que varia de uma sociedade para outra. Para os povos ameríndios, ao contrário, o dado universal é a cultura, uma única cultura, que é sempre a mesma para todo sujeito. Ser gente, para seres humanos,

animais e espíritos, é viver segundo as regras de casamento do grupo, comer peixe, beber cauim, temer onça, caçar porco.

Mas se a cultura é igual para todos, algo precisa mudar. E o que muda, o que é construído, dependendo do observador, é a natureza. Para o urubu, os vermes no corpo em decomposição são peixe assado. Para nós, são vermes. Não há uma terceira posição, superior e fundadora das outras duas. Ao passarmos de um observador a outro, para que a cultura permaneça a mesma, toda a natureza em volta precisa mudar.

*Rafael Cariello. O antropólogo contra o Estado.
In: Revista piauí, n.º 88, jan./2014 (com adaptações).*

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Em relação ao texto acima, julgue o item a seguir.

Narrado em primeira pessoa e tratando de tema científico, o texto classifica-se como artigo científico, ainda que tenha sido publicado em periódico não especializado.

Temas científicos são escritos de forma impessoal, na terceira pessoa do singular, com linguagem técnica, são diretos e explicativos, são organizados na tipologia textual de uma dissertação. No texto apresentado pela banca são claros os elementos de uma narrativa não-ficcional.

O autor Rafael Cariello, apresenta um fato ocorrido, um relato, que explica a visão do campo da antropologia e estudos culturais. O autor, portanto, envolve-se com a narrativa usando, inclusive, a primeira pessoa. Essa subjetividade caracteriza tipologia narrativa que se difere do artigo científico enquanto tipo textual.

Fundamentação (Citação/Referência):

Na obra *Português Instrumental*, MARTINS & ZILBERKNOP (2015. p.115-116) explicam que a narração de forma geral apresenta-se em prosa,

transmitindo, comunicando um acontecimento em que alguém tenha sido protagonista de forma direta ou indireta. Apresentam a narração com alguma subjetividade.

Dependendo do enfoque do redator, a narração terá diversas abordagens. Assim é de grande importância saber se o relato é feito em primeira pessoa ou terceira pessoa. No primeiro caso, há a participação do narrador; no segundo, há uma inferência do último através da onipresença e onisciência.

4.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Pedi ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que falasse sobre a ideia que o projetou. A síntese da metafísica dos povos “exóticos” surgiu em 1996 e ganhou o nome de “perspectivismo ameríndio”.

Fazia já alguns anos, então, que o antropólogo se ocupava de um traço específico do pensamento indígena nas Américas. Em contraste com a ênfase dada pelas sociedades industriais à produção de objetos, vigora entre esses povos a lógica da predação. O pensamento ameríndio dá muita importância às relações entre caça e caçador — que têm, para eles, um valor comparável ao que conferimos ao trabalho e à fabricação de bens de consumo. Diferentes espécies animais são

pensadas com base na posição que ocupam nessa relação. Gente, por exemplo, é, ao mesmo tempo, presa de onça e predadora de porcos.

Pesquisas realizadas por duas alunas de Viveiros de Castro, na mesma época, com diferentes grupos indígenas da Amazônia, chamavam a atenção para outra característica curiosa de seu pensamento: de acordo com os interlocutores de ambas, os animais podiam assumir a perspectiva humana. Um levantamento realizado então indicava a existência de ideias semelhantes em outros grupos espalhados pelas Américas, do Alasca à Patagônia. Segundo diferentes etnias, os porcos, por exemplo, se viam uns aos outros como gente. E enxergavam os humanos, seus predadores, como onça. As onças, por sua vez, viam a si mesmas e às outras onças como gente. Para elas, contudo, os índios eram tapires ou pecaris — eram presa.

Ser gente parecia uma questão de ponto de vista. Gente é quem ocupa a posição de sujeito. No mundo amazônico, escreveu o

antropólogo, “há mais pessoas no céu e na terra do que sonham nossas antropologias”.

Ao se verem como gente, os animais adotam também todas as características culturais humanas. Da perspectiva de um urubu, os vermes da carne podre que ele come são peixes grelhados, comida de gente. O sangue que a onça bebe é, para ela, cauim, porque é cauim o que se bebe com tanto gosto.

Urubus entre urubus também têm relações sociais humanas, com ritos, festas e regras de casamento.

Tudo se passa, conforme Viveiros de Castro, como se os índios pensassem o mundo de maneira inversa à nossa, se consideradas as noções de “natureza” e de “cultura”. Para nós, o que é dado, o universal, é a natureza, igual para todos os povos do planeta. O que é construído é a cultura, que varia de uma sociedade para outra. Para os povos ameríndios, ao contrário, o dado universal é a cultura, uma única cultura, que é sempre a mesma para todo sujeito. Ser gente, para seres humanos,

animais e espíritos, é viver segundo as regras de casamento do grupo, comer peixe, beber cauim, temer onça, caçar porco.

Mas se a cultura é igual para todos, algo precisa mudar. E o que muda, o que é construído, dependendo do observador, é a natureza. Para o urubu, os vermes no corpo em decomposição são peixe assado. Para nós, são vermes. Não há uma terceira posição, superior e fundadora das outras duas. Ao passarmos de um observador a outro, para que a cultura permaneça a mesma, toda a natureza em volta precisa mudar.

*Rafael Cariello. O antropólogo contra o Estado.
In: Revista piauí, n.º 88, jan./2014 (com adaptações).*

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

Em relação ao texto acima, julgue o item a seguir.

As formas verbais “surgiu” e “ganhou”, ambas no primeiro parágrafo, poderiam, sem prejuízo dos sentidos do texto, ser substituídas por surgira e ganhara, respectivamente, pois indicam ações anteriores àquelas referidas no primeiro período do texto.

Os verbos “surgiu” e “ganhou” estão no modo indicativo e no tempo verbal pretérito perfeito. Os verbos “surgira” e “ganhara” estão, também, no modo indicativo, porém estão no pretérito mais-que-perfeito. A questão pergunta se as duas primeiras formas poderiam, sem prejuízo de sentido, ser substituídas pelas duas últimas. A resposta é sim, podem ser substituídas sem perda semântica, pois as formas estão no mesmo modo – indicativo - e o tempo verbal é o pretérito. O que ocorre é que o tempo verbal pretérito mais-que-perfeito é, em uma linha do tempo, um passado mais passado do que o pretérito perfeito. Desta forma, a interpretação com a substituição seria: o autor do texto pediu ao

antropólogo Eduardo Viveiro de Castro uma explicação sobre a ideia dele, a “síntese da metafísica dos povos exóticos”, tal síntese, foi escrita em 1996. Com os verbos “surgira” e “ganhara” a interpretação que é feita é a que o passado é mais remoto, como se neste ano atual o autor tivesse perguntado ao antropólogo sobre o texto de 1996. Ou seja, trata-se exatamente de se referendar o passado de um passado que já passou.

Isso se respalda na fundamentação de Cunha (2008, p.394), que verbera:

Chamam-se *modos* as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (CUNHA, 2008).

Os modos subdividem-se em indicativo, subjuntivo e imperativo. Evanildo Bechara (2009, p.221-222) afirma que:

- a)Indicativo – em referência a fatos como verossímeis ou tidos como tais: *canto, cantei, cantarei.*
- b)Subjuntivo (Conjuntivo) – em referência a fatos incertos: Talvez *cante, se cantasse.*
- c)Condicional – em referência a fatos dependes de certa condição: *cantaria.**
- d)Optativo- em relação como desejada pelo agente: *E viva eu cá na terra sempre triste.**
- e)Imperativo – em relação a um ato que se exige do agente: *cantai.*

Bancas não cobram doutrina, porém, em relação ao tempo verbal, Celso Cunha (2008) disserta:

É a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo.Os três tempos naturais são o PRESENTE, o PRETÉRITO (ou PASSADO) e o FUTURO, que designam respectivamente, um fato ocorrido *no momento em que se fala, antes do momento em que se fala e após o momento em que se fala.*

Há ainda a categoria de Aspectos, na qual Cunha (2008) explica que:

1.Diferente das categorias do TEMPO, do MODO e da VOZ, o ASPECTO designa “uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo”.

Para finalizar, Napoleão Mendes de Almeida (2005, p. 229) explica com maestria o pretérito mais-que-perfeito:

1.Quando uma pessoa diz: “ele *saíra* quando *entrei*” - emprega, para o verbo *sair*, o **pretérito mais que perfeito**, o que significa o seguinte: A ação expressa pelo verbo *sair* é passada em referência ao ato da palavra (estou falando agora mas a ação de *sair* já se passou) e, além disso, é ainda passada em relação ao tempo indicado no período (no caso *entrei*), o que equivale dizer: “Quando eu *entrei*, ele já *tinha saído*”

5 Questões do Tribunal Regional do Trabalho, em 2016, pela FCC (Fundação Carlos Chagas).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Gisele Rodrigues Alvarenga²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 23ª região, em 2016, para o cargo de nível superior de Analista Judiciário, pela banca examinadora FCC (Fundação Carlos Chagas).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus (DF), membra do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

5.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Nasci na Rua Faro, a poucos metros do Bar Joia, e, muito antes de ir morar no Leblon, o Jardim Botânico foi meu quintal. Era ali, por suas aleias de areia cor de creme, que eu caminhava todas as manhãs de mãos dadas com minha avó. Entrávamos pelo portão principal e seguíamos primeiro pela aleia imponente que vai dar no chafariz. Depois, íamos passear à beira do lago, ver as vitórias-régias, subir as escadarias de pedra, observar o relógio de sol. Mas íamos, sobretudo, catar mulungu.

Mulungu é uma semente vermelha com a pontinha preta, bem pequena, menor do que um grão de ervilha. Tem a casca lisa, encerada, e em contraste com a pontinha preta seu vermelho é

um vermelho vivo, tão vivo que parece quase estranho à natureza. É bonita. Era um verdadeiro prêmio conseguir encontrar um mulungu em meio à vegetação, descobrir de repente a casca vermelha e viva cintilando por entre as lâminas de grama ou no seio úmido de uma bromélia. Lembro bem com que alegria eu me abaixava e estendia a mão para tocar o pequeno grão, que por causa da ponta preta tinha uma aparência que a mim lembrava vagamente um olho.

Disse isso à minha avó e ela riu, comentando que eu era como meu pai, sempre prestava atenção nos detalhes das coisas. Acho que já nessa época eu olhava em torno com olhos mínimos. Mas a grandeza das manhãs se media pela quantidade de mulungus que me restava na palma da mão na hora de ir para casa. Conseguia às vezes juntar um punhado, outras vezes apenas dois ou três. E é curioso que nunca tenha sabido ao certo de onde eles vinham, de que árvore ou arbusto caíam àquelas sementes vermelhas. Apenas sabíamos que surgiam no

chão ou por entre as folhas e sempre numa determinada região do Jardim Botânico.

Mas eu jamais seria capaz de reconhecer uma árvore de mulungu. Um dia, procurei no dicionário e descobri que mulungu é o mesmo que corticeira e que também é conhecido pelo nome de flor-de-coral. "Árvore regular, ornamental, da família das leguminosas, originária da Amazônia e de Mato Grosso, de flores vermelhas, dispostas em racimos multifloros, sendo as sementes do fruto do tamanho de um feijão (mentira!), e vermelhas com mácula preta (isto, sim)", dizia.

Mas há ainda um outro detalhe estranho – é que não me lembro de jamais ter visto uma dessas sementes lá em casa. De algum modo, depois de catadas elas desapareciam e hoje me pergunto se não era minha avó que as guardava e tornava a despejá-las nas folhagens todas as manhãs, sempre que não estávamos olhando, só para que tivéssemos o prazer de encontrá-las. O fato é que não me sobrou nenhuma e elas

ganharam, talvez por isso, uma aura de magia, uma natureza impalpável. Dos mulungus, só me ficou a memória essa memória mínima.

(Adaptado de: SEIXAS, Heloísa. **Semente da Memória**.

Dispo- nível em: <http://heloisaseixas.com.br>)

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Com respeito à pontuação, atente para as seguintes afirmações:

I. Na frase “Conseguia às vezes juntar um punhado, outras vezes apenas dois ou três” (3º parágrafo), pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente antes de apenas, mantendo-se a correção e o sentido.

II. No 4º parágrafo, os parênteses indicam juízos da escritora, que, portanto, não constam da definição encontrada no dicionário.

III. No segmento O fato é que não me sobrou nenhuma e elas ganharam, talvez por isso... (5º parágrafo), pode--se acrescentar uma vírgula imediatamente antes de "e", sem prejuízo para a correção e o sentido.

Está correto o que consta em

(A)II e III, apenas.

(B)II, apenas.

(C)I e II, apenas.

(D)I, II e III.

(E)I e III, apenas.

No item I, temos correção da sugestão, pois ao inserir a vírgula antes da palavra “apenas” se isola a locução adverbial “outras vezes” que traz ideia de circunstância de tempo. A expressão “outras vezes” tem duas palavras em sua composição. Isso se caracteriza como um adjunto adverbial curto. Os adjuntos adverbiais curtos são isolados por vírgula facultativamente, o que permite o acréscimo da segunda vírgula no período.

A primeira vírgula que antecede a expressão “outras vezes” é obrigatória, pois atua separando as orações. A banca usa a expressão “pode-se acrescentar uma vírgula” dando justamente esse caráter facultativo a tal acréscimo, por isso, este item é verdadeiro. No entanto, nas palavras de Cunha & Cintra (2008, p. 659-660) “a vírgula é usada para isolar o adjunto adverbial antecipado”, com a observação de que “quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los.”

No item II, temos como correção uma sugestão, pois a autora coloca entre parênteses uma opinião acerca do que está sendo exposto. No primeiro parêntese “(mentira!)”, a autora dá a opinião quando o dicionário diz “as sementes do fruto são do tamanho de um feijão” que para ela é uma inverdade, pois recorda na sua passagem pelo texto quando diz: “Mulungu é uma semente vermelha com a pontinha preta, bem pequena, menor do que um grão de ervilha.” Já na passagem

da segunda expressão “(isto, sim)”, que concorda com a expressão “e vermelhas com mácula preta”, é relatado na expressão “e em contraste com a pontinha preta seu vermelho é um vermelho vivo, tão vivo que parece quase estranho à natureza.” Diante disso a assertiva se torna verdadeira.

Os parênteses são empregados para intercalar uma argumentação acessória para uma reflexão, um comentário, uma opinião acerca do que foi mencionado (CUNHA & CINTRA, p.679), ou seja, é justamente com a ferramenta dos parênteses que a autora utiliza para expressar sua opinião acerca do que foi mencionado no dicionário.

No item III, temos a correção da sugestão, pois ao inserir uma vírgula antes do “e” e depois da oração “o fato é que não me sobrou nenhuma” não acarretará prejuízo gramatical. O “e” é uma conjunção aditiva e vírgula antes de uma conjunção aditiva é empregada quando ela liga orações com sujeitos diferentes. Na oração “o fato é que não me sobrou nenhuma”, o sujeito é “que não me sobrou nenhuma”, pois esta é uma oração subordinada

substantiva subjetiva, o que o torna sujeito oracional da oração. O sujeito oracional é quando se tem um verbo no sujeito da oração. O sujeito da segunda oração “elas ganharam” que vem após a conjunção aditiva “e” é “elas”, a qual é um sujeito simples. Assim, o termo aditivo “e” está ligando essas duas orações com sujeitos diferentes. O sentido também não se altera, pois como se usa a vírgula, não muda a estrutura das orações porque estas têm sujeitos diferentes. Segundo Cunha & Cintra (2008, p.661), “Entre orações, emprega-se a vírgula: para separar geralmente por vírgula as orações coordenadas unidas pela conjunção e, quando têm sujeito diferente.”

5.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Nasci na Rua Faro, a poucos metros do Bar Joia, e, muito antes de ir morar no Leblon, o Jardim Botânico foi meu quintal. Era ali, por suas aleias de areia cor de creme, que eu caminhava todas as manhãs de mãos dadas com minha avó. Entrávamos pelo portão principal e seguíamos primeiro pela aleia imponente que vai dar no chafariz. Depois, íamos passear à beira do lago, ver as vitórias-régias, subir as escadarias de pedra, observar o relógio de sol. Mas íamos, sobretudo, catar mulungu.

Mulungu é uma semente vermelha com a pontinha preta, bem pequena, menor do que um grão de ervilha. Tem a casca lisa, encerada, e em contraste com a pontinha preta seu vermelho é

um vermelho vivo, tão vivo que parece quase estranho à natureza. É bonita. Era um verdadeiro prêmio conseguir encontrar um mulungu em meio à vegetação, descobrir de repente a casca vermelha e viva cintilando por entre as lâminas de grama ou no seio úmido de uma bromélia. Lembro bem com que alegria eu me abaixava e estendia a mão para tocar o pequeno grão, que por causa da ponta preta tinha uma aparência que a mim lembrava vagamente um olho.

Disse isso à minha avó e ela riu, comentando que eu era como meu pai, sempre prestava atenção nos detalhes das coisas. Acho que já nessa época eu olhava em torno com olhos mínimos. Mas a grandeza das manhãs se media pela quantidade de mulungus que me restava na palma da mão na hora de ir para casa. Conseguia às vezes juntar um punhado, outras vezes apenas dois ou três. E é curioso que nunca tenha sabido ao certo de onde eles vinham, de que árvore ou arbusto caíam àquelas sementes vermelhas. Apenas sabíamos que surgiam no

chão ou por entre as folhas e sempre numa determinada região do Jardim Botânico.

Mas eu jamais seria capaz de reconhecer uma árvore de mulungu. Um dia, procurei no dicionário e descobri que mulungu é o mesmo que corticeira e que também é conhecido pelo nome de flor-de-coral. "Árvore regular, ornamental, da família das leguminosas, originária da Amazônia e de Mato Grosso, de flores vermelhas, dispostas em racimos multifloros, sendo as sementes do fruto do tamanho de um feijão (mentira!), e vermelhas com mácula preta (isto, sim)", dizia.

Mas há ainda um outro detalhe estranho – é que não me lembro de jamais ter visto uma dessas sementes lá em casa. De algum modo, depois de catadas elas desapareciam e hoje me pergunto se não era minha avó que as guardava e tornava a despejá-las nas folhagens todas as manhãs, sempre que não estávamos olhando, só para que tivéssemos o prazer de encontrá-las. O fato é que não me sobrou nenhuma e elas

ganharam, talvez por isso, uma aura de magia, uma natureza impalpável. Dos mulungus, só me ficou a memória essa memória mínima.

(Adaptado de: SEIXAS, Heloísa. **Semente da Memória**.)

Dispo- nível em: <http://heloisaseixas.com.br>)

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

No segmento de que árvore ou arbusto caíam aquelas sementes vermelhas (3º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído corretamente por:

(A) *de quanta*

(B) *de cujos*

(C) *de cuja*

(D) *dos quais*

(E) *de qual*

A opção “A” é incorreta, pois “que” é um pronome relativo. Isso significa que retoma a palavras, que são substantivos, já referidas ou pospostas e com as quais estão correlacionadas, conforme Cegalla (2005, p. 184). Para poder identificá-lo como pronome relativo, basta fazer a substituição do “que” por “qual”, se esta substituição não alterar o sentido do texto e não for suprimida a preposição “de” é porque o “que” do texto é um pronome relativo. Porém, “quanta” é também um pronome relativo, mas nessa frase referente do texto, o “quanta” não pode substituir o “que”. O “quanta” para ser pronome relativo tem de vir precedido pelos pronomes: tanto, tanta, todos, todas e tudo. Como afirma Cegalla (2005, p. 185) “Quanto(s) e quanta(s) são pronomes relativos quando precedidos de um dos pronomes indefinidos tudo, tanto(s), tanta(s), todos, todas...”. Assim, como o “que” vem precedido da preposição “de”, não caberia a substituição do “que” por “quanta”.

A alternativa “B” está falsa, pois a substituição de “que” por “cujos” deixaria a frase incorreta. Os pronomes “que” e “cujos” são pronomes relativos, porém o “que” se refere ao substantivo “árvore”. O pronome relativo “cujos” dá ideia de posse. Segundo Paschoalin & Spadoto (2008, p.93) “o pronome relativo variável concorda com seu *antecedente* (termo que vem antes dele), com exceção de **cujo**, que concorda com o *consequente* (termo que aparece depois dele).”. Também outro fator que invalida o item é pelo fato de que “cujos” está no gênero masculino e este teria que estar no feminino, pois substantivo que aparece depois dele é “árvore”, que é um substantivo feminino, e que também teria de estar no singular. Com isso, invalida o item substituindo um pelo outro.

A opção “C” é incorreta, pois ao colocar “cuja” no lugar de “que” incorreria em erro de colocação do pronome relativo. O pronome relativo “cuja” só pode se referir a um substantivo que vem depois dele, desde que dê ideia de posse. Segundo

(ALMEIDA & ALMEIDA, 2008, p.83): “a forma cujo e suas flexões só aparecem nas relações de posse. Refere-se à “coisa” possuída com a qual concorda em gênero e número. ”

A opção “D” está incorreta, pois ao substituir “que” por “quais” incorreria em erro, porque “quais” está em sua forma variável numeral de plural e o substantivo retomado “árvore” está no singular. Segundo afirma Cunha & Cintra (2008, p. 364) “cujo é, a um tempo, relativo e possessivo, equivalente pelo sentido a *do qual, de quem, de que*. Empregase apenas como pronome adjetivo e concorda com a coisa possuída em gênero e número.”

A alternativa “E” é o gabarito, pois o “que” pode ser substituído pelo “qual” sem que ocorra prejuízo para a estrutura gramatical e o sentido da frase. Isso porque sempre que o “que” puder ser substituído por “qual” comprova que o “que” é, de fato, pronome relativo. Este é assim chamado, pois indica um termo antecedente, conforme explica Cunha & Cintra (2008, p. 356). O item também preservou a preposição “de”, pois, caso contrário, a

assertiva seria incorreta, porque se mantém a preposição já que esta é exigida ao se fazer a pergunta ao verbo para identificar a quem o pronome relativo se refere. E o pronome “qual” antecede com correção o substantivo “árvore”.

6 Questões da Polícia Federal, em 2014, pelo Cespe (Cebraspe).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Celso Henrique Bernardes²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso da Polícia Federal, em 2014, para o cargo de nível superior de Agente de Polícia, pela banca examinadora Cespe (Cebraspe).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus (DF), membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

6.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Hoje, todos reconhecem, porque Marx impôs esta demonstração no Livro II d'O Capital, que não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção. Qualquer economista, que neste ponto não se distingue de qualquer capitalista, sabe que, ano após ano, é preciso prever o que deve ser substituído, o que se gasta ou se usa na produção: matéria-prima, instalações fixas (edifícios), instrumentos de produção (máquinas) etc. Dizemos: qualquer economista é igual a qualquer capitalista, pois ambos exprimem o ponto de vista da empresa. Louis Althusser. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3.ª ed. Lisboa: Presença, 1980 (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Julgue o item a seguir, a respeito dos sentidos do texto acima.

Não haveria alteração de sentido do texto, caso o trecho “todos reconhecem, porque (...) d’O Capital, que não há produção” (R. 1 e 2) fosse reescrito da seguinte forma: todos reconhecem a razão pela qual Marx impôs esta demonstração no Livro II d’O Capital — que não há produção.

No trecho original há uma causa "porque Marx impôs esta demonstração no livro II d'O Capital", e também um efeito "que não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção". Esta relação de causa e efeito não foi preservada na reescrita, pois ela só afirma que não há produção.

Isso se respalda em Favero (2006, p.10):

A coerência, por sua vez, manifestada em grande parte macrotextualmente, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações subjacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante. Assim a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos.

6.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

O uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas e valores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades. Suas consequências infligem considerável prejuízo às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens e mulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social e econômica ou mesmo de idade. Questão de relevância na discussão dos efeitos adversos do uso indevido de drogas é a associação do tráfico de drogas ilícitas e dos crimes conexos — geralmente

de caráter transnacional — com a criminalidade e a violência. Esses fatores ameaçam a soberania nacional e afetam a estrutura social e econômica interna, devendo o governo adotar uma postura firme de combate ao tráfico de drogas, articulando-se internamente e com a sociedade, de forma a aperfeiçoar e otimizar seus mecanismos de prevenção e repressão e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos. Internet: <www.direitoshumanos.usp.br>.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

No que se refere aos aspectos linguísticos do fragmento de texto acima, julgue os próximos itens. Nas linhas 12 e 13, o emprego da preposição “com”, em “com a criminalidade e a violência”, deve-se à regência do vocábulo “conexos”.

O uso da preposição "com" é justificada pela presença do substantivo "associação", pois esse substantivo exige dois complementos. No texto foi utilizado o complemento "do" e "com" no seguinte trecho: Questão de relevância na discussão dos efeitos adversos do uso indevido de drogas é a associação "do" tráfico de drogas ilícitas e dos crimes conexos — geralmente de caráter transnacional — "com" a criminalidade e a violência. Quem associa algo, associa algo com alguma coisa. Logo, o vocábulo "com" se deve a regência de "associação", e não de "conexos" como propõe a questão.

ASSOCIAR

1. algo ou alguém A algo ou alguém (estabelecer relações com)

_ Laura associava o cheiro do café à sua infância na fazenda.

_ A enfermeira insistia em associar o fisioterapeuta ao médico.

_ Associo perfumes fortes ao meu ex-namorado.

_ Em seus discursos, ele associava o deputado a um prefeito corrupto.

_ Só faltava associar o filho ao poder político vigente.

2. - (se) A algo (juntar-se, unir-se)

_ O desemprego associou-se **à** inflação durante a crise econômica.

3. - (se) A algo (acompanhar)

_ Um ataque cardíaco associa-se **a** fortes dores no peito.

4. - (se) COM algo ou alguém (coligar-se; fazer-se sócio de)

_ Aquele funcionário associou-se **com** a empresa concorrente.

_ Nosso chefe associou-se **com** um empresário paulistano.

<http://solinguagem.blogspot.com.br/2011/04/regencia-verbal.html> .Só linguagem - 21/10/2017

7 Questões de Auditor do Tribunal de Contas da União, em 2015, pelo Cespe (Cebraspe).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Caio Henrique Passos Santos²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do TCU (Tribunal de Contas da União), em 2015, para o cargo de nível superior de Auditor Federal de Controle Externo, pela banca examinadora Cespe (Cebraspe).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus (DF), membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

7.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

No dia 4 de maio de 2015, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou simplesmente LRF, completou quinze anos. Embora devamos comemorar a consolidação de uma nova cultura de responsabilidade fiscal por grande parte dos nossos gestores, o momento também é propício para reflexões sobre o futuro desse diploma.

*Para a surpresa de muitas pessoas, acostumadas a ver em nosso país tantas leis **que** não saem do papel, a LRF, logo nos primeiros anos, atinge boa parte de seus objetivos, notadamente em relação à observância dos limites da despesa com pessoal, o que permitiu uma*

descompressão da receita líquida e propiciou maior capacidade de investimento público.

*O regulamento marca avanços também no controle de gastos em fins de gestão e em relação ao novo papel **que** as leis de diretrizes orçamentárias passaram a desempenhar.*

Não obstante todos os avanços, o momento exige cautela e reflexões. Como toda debutante, a LRF passa por alguns importantes conflitos existenciais. É quase consenso, no meio acadêmico e entre os órgãos de controle, a necessidade de seu aperfeiçoamento em alguns pontos. Há que se ponderar, contudo, sobre o melhor momento para os necessários ajustes normativos. Realizar mudanças permanentes na lei por conta de circunstâncias excepcionais e episódicas não parece recomendar o bom senso.

Valdecir Pascoal. Os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: O Estado de S.Paulo, 5/maio/2015. Internet: <<http://politica.estadao.com.br>> (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Os pronomes relativos “que” (2º parágrafo) e “que” (3º parágrafo), embora retomem elementos distintos do texto, desempenham a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

A resposta desta questão se configura como Errada. Entendamos o porquê.

No aspecto morfológico nas duas ocorrências “que” (2º parágrafo) e “que” (3º parágrafo) são pronomes relativos e retomam elementos distintos: o primeiro “que” (2º parágrafo) retoma o substantivo comum “leis” (2º parágrafo), e segundo o “que” (3º parágrafo) retoma a expressão “novo papel”.

Na primeira oração o pronome relativo “que” refere-se à função sintática de sujeito. O que não

saem do papel? As leis, logo o "que" retoma "leis" e faz papel de sujeito na oração em que se encontra.

Na segunda ocorrência, o “que” exerce função sintática de objeto direto complementando o sentido do verbo “desempenhar”. Desempenhar o quê? O “novo papel” retomado pelo pronome relativo “que” fazendo o papel de objeto direto do verbo “desempenhar”, e o sujeito é “leis” de diretrizes orçamentárias.

Colocando em ordem, ficaria: “As leis de diretrizes orçamentárias passaram a desempenhar um novo papel.” As leis de diretrizes orçamentárias = Sujeito do verbo desempenhar. (...) passaram a desempenhar (...) = locução verbal sendo o verbo principal “desempenhar” verbo transitivo direto.

(...) um novo papel = exerce a função de objeto direto, no entanto ele não está escrito de forma explícita na oração (no texto), porque o pronome relativo “que” tem justamente essa função de evitar a repetição desnecessária do termo anteriormente dito, logo, no texto ele é considerado o objeto direto

da oração em que este presente por substituir “um novo papel”.

Convém ressaltar que a presença da preposição “a” na contração “ao” que precede “novo papel” em “ao novo papel” pode gerar dúvida em relação à identificação clara de “novo papel” como objeto direto e, portanto, não preposicionado; no entanto, a preposição é regida pelo termo que o antecede no período, sendo o “que” o exato pronome relativo que se refere a “novo papel” e, na oração em que se encontra, funciona como objeto direto.

Com isso, a questão se torna errada, pois a função sintática dos dois pronomes relativos referido é distinta e não igual.

Isso se respalda em Cegalla (2005, p.179,184):

Pronomes são as palavras que substituem os substantivos ou os determinam, indicando a pessoa do discurso. Sendo que a pessoa do discurso é a que participa ou é objeto do ato da comunicação. (...) Pronome relativo são palavras que representam substantivos já referidos, como quais estão relacionadas. Daí denominarem-se relativos. Veja este exemplo. Armando comprou a casa **que** lhe convinha.

A palavra **que** representa o substantivo casa, relaciona-se com o termo casa: é um pronome relativo.

7.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte trecho do texto motivador selecionado para a segunda questão:

Para a surpresa de muitas pessoas, acostumadas a ver em nosso país tantas leis que não saem do papel, a LRF, logo nos primeiros anos, atinge boa parte de seus objetivos, notadamente em relação à observância dos limites da despesa com pessoal, o que permitiu uma descompressão da receita líquida e propiciou maior capacidade de investimento público.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos se o trecho “Para a surpresa (...) de seus objetivos” fosse reescrito da seguinte forma: “É atingido, logo nos primeiros anos, boa parte dos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, resultado esse que gera surpresa em muitas pessoas, acostumadas, em nosso país, a ver que tantas leis não saem do papel.”

O gabarito desta alternativa é “errado”. Entendamos o porquê da afirmação dessa conclusão.

Inicialmente, compreendamos o conjunto das circunstâncias levantadas pela questão: “Para a surpresa de muitas pessoas, acostumadas a ver em nosso país tantas leis que não saem do papel, a LRF, logo nos primeiros anos, atinge boa parte de seus objetivos (...)”.

A proposta de reescrita da banca examinadora é “É atingido, logo nos primeiros anos, boa parte dos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, resultado esse que gera surpresa em muitas

pessoas, acostumadas, em nosso país, a ver que tantas leis não saem do papel.”

Nota-se que, na proposta pela banca Cespe, há um erro de concordância em “É atingido (...) boa parte dos objetivos.” Nesse contexto, a forma do particípio “atingido” deveria ser flexionada no feminino, concordando com o termo “parte”, núcleo do sujeito “boa parte dos objetivos”. Para núcleos partitivos seguidos de termo preposicionado, como é o caso em tela, a concordância pode acontecer tanto com o núcleo partitivo (boa parte), como com o núcleo preposicionado (dos objetivos). Nessa segunda perspectiva, propor-se-ia também “São atingidos boa parte dos objetivos”. Portanto, a proposta feita pelo examinador infringe os padrões gramaticais, tornando o item incorreto.

Isso se respalda na fundamentação de Cunha (2008), que verbera:

A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito.

Gonçalves (2011, p.54) fundamenta com mais detalhes:

A concordância se fará conforme a função sintática do adjetivo

1) Sendo adjunto adnominal, concorda apenas com o próximo:

Ela lhe dera deliciosas rosa e pães.

2) Sendo predicativo, vai para o plural preferencialmente no gênero predominante:

Considerou encerrados a aula e o campeonato.

Ou concorda com o mais próximo com a realidade:

Considerou encerrada a aula e o campeonato.

3) Sendo predicativo, pode concordar em número e gênero com o mais próximo (segundo alguns autores): Cegalla: “É preciso manter limpas as ruas e os jardins,” Sacconi: “Mantenha acesas as lâmpadas e os lampiões.” Savioli: “Estava deserta a vila, a casa e o templo.”

8 Questões do Tribunal Superior do Trabalho, em 2012, pela FCC (Fundação Carlos Chagas)

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Carolina França Vasconcelos²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso da TST (Tribunal Superior do Trabalho), em 2012, para o cargo de nível médio de Técnico Judiciário (Área Administrativa), pela banca examinadora FCC (Fundação Carlos Chagas).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduanda em Ciência Contábeis pela Faculdade Processus (DF), membra do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

8.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Todos os jogos se compõem de duas partes: um jogo exterior e um jogo interior. O exterior é jogado contra um adversário para superar obstáculos exteriores e atingir uma meta externa. Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções sobre como utilizar uma raquete ou um taco e como posicionar os braços, as pernas ou o tronco para alcançar os melhores resultados. Mas, por algum motivo, a maioria das pessoas têm mais facilidade para lembrar estas instruções do que para executá-las.

Minha tese é que não encontraremos maestria nem satisfação em algum jogo se negligenciarmos as habilidades do jogo interior. Este é o jogo que se desenrola na mente do jogador, e é jogado contra

obstáculos como falta de concentração, nervosismo, ausência de confiança em si mesmo e autocondenação. Em resumo, este jogo tem como finalidade superar todos os hábitos da mente que inibem a excelência do desempenho.

Muitas vezes nos perguntamos: Por que jogamos tão bem num dia e tão mal no outro? Por que ficamos tensos numa competição ou desperdiçamos jogadas fáceis? Por que demoramos tanto para nos livrar de um mau hábito e aprender um novo? As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem novos troféus, mas elas trazem recompensas valiosas, que são permanentes e que contribuem de forma significativa para nosso sucesso posterior, tanto na quadra como fora dela.

*(Adaptado de W. Timothy Gallwey. **O jogo interior de tênis.***

Trad. de Mario R. Krausz. S.Paulo: Textonovo, 1996. p.13)

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os

autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

De acordo com o texto, é correto dizer que

- a) O jogo interior está relacionado à satisfação pessoal do jogador, não tendo relação direta com seu desempenho numa partida.*
- b) Os obstáculos confrontados no jogo interior encontram-se no próprio indivíduo e não em seu adversário.*
- c) Os especialistas preocupam-se apenas com instruções que aprimorem o jogo exterior, esquecendo-se de tratar do jogo interior.*
- d) As recompensas propiciadas pelo jogo interior só se tornam permanentes com a prática do jogo exterior.*
- e) A prática do jogo interior pode até mesmo dispensar as instruções que costumam ser dadas para o desenvolvimento do jogo exterior.*

A opção “a” está errada, pois o texto explica que o jogo interior tem relação direta com o jogo exterior; interpretando é possível abstrair que,

quando o jogador tem um bom domínio ou controle de sua mente, ele jogará melhor, pois terá a habilidade de extrair o que lhe atrapalha e assim obter excelência no desempenho.

A alternativa “b” está correta, pois coaduna com o texto, uma vez que enuncia “Os obstáculos confrontados no jogo interior encontram-se no próprio indivíduo e não em seu adversário”. Exatamente como aponta a reflexão proposta do texto motivador.

A seleção “c” está errada, porque o texto não diz com o que os especialistas se preocupam, mas sim que eles dão instruções. Além de haver especialistas que também utilizam o jogo interior como estratégia de eficácia para os resultados do jogo exterior.

A intercorrência “d” está errada, pois o texto não faz essa relação de que “as recompensas propiciadas pelo jogo interior só se tornam permanentes com a prática do jogo exterior”. Na verdade, o texto diz: “As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem novos troféus, mas elas

trazem recompensas valiosas, que são permanentes e que contribuem de forma significativa para nosso sucesso posterior, tanto na quadra como fora dela.”. Ou seja, as recompensas do jogo interior são os benefícios que elas trazem para a própria pessoa.

A opção “e” está errada, porque a prática do jogo interior não pode dispensar as instruções que são dadas para o desenvolvimento do jogo exterior, pelo contrário ambas devem ser utilizadas em conjunto.

Isso se respalda em Aquino (2008, p.2):

Para interpretar bem - 4. Ao fazer uma prova qualquer leia o texto duas ou três vezes, atentamente, antes de tentar responder a qualquer pergunta. Primeiro, é preciso captar sua mensagem, entendê-lo como um todo, e isso não pode ser alcançado com uma simples leitura. Dessa forma, leia-o algumas vezes. A cada leitura, novas ideias serão assimiladas. Tenha a paciência necessária para agir assim. Só depois tente resolver as questões propostas.

8.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Todos os jogos se compõem de duas partes: um jogo exterior e um jogo interior. O exterior é jogado contra um adversário para superar obstáculos exteriores e atingir uma meta externa. Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções sobre como utilizar uma raquete ou um taco e como posicionar os braços, as pernas ou o tronco para alcançar os melhores resultados. Mas, por algum motivo, a maioria das pessoas têm mais facilidade para lembrar estas instruções do que para executá-las.

Minha tese é que não encontraremos maestria nem satisfação em algum jogo se negligenciarmos as habilidades do jogo interior. Este é o jogo que se desenrola na mente do jogador, e é jogado contra

obstáculos como falta de concentração, nervosismo, ausência de confiança em si mesmo e autocondenação. Em resumo, este jogo tem como finalidade superar todos os hábitos da mente que inibem a excelência do desempenho.

Muitas vezes nos perguntamos: Por que jogamos tão bem num dia e tão mal no outro? Por que ficamos tensos numa competição ou desperdiçamos jogadas fáceis? Por que demoramos tanto para nos livrar de um mau hábito e aprender um novo? As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem novos troféus, mas elas trazem recompensas valiosas, que são permanentes e que contribuem de forma significativa para nosso sucesso posterior, tanto na quadra como fora dela.

*(Adaptado de W. Timothy Gallwey. **O jogo interior de tênis.***

Trad. de Mario R. Krausz. S.Paulo: Textonovo, 1996. p.13)

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os

autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

As indagações feitas no início do terceiro parágrafo

a) Consideram diversas dificuldades e deficiências que se relacionam exclusivamente com o exercício do jogo exterior.

b) Apontam para comportamentos inexplicáveis na prática do esporte, mas que na verdade são típicos de todos os seres humanos.

c) Constituem perguntas retóricas, cujo objetivo é apenas mostrar a perplexidade do autor quando considera a instabilidade na prática do jogo exterior.

d) Encontram respostas apenas a partir do momento em que se abandona o ambiente esportivo para considerar a vida em sentido amplo.

e) Sugerem que problemas pouco compreensíveis do ponto de vista do jogo exterior podem ser esclarecidos da perspectiva do jogo interior.

A intercorrência “a” está errada porquanto as indagações feitas no início do terceiro parágrafo

não “consideram diversas dificuldades e deficiências que se relacionam exclusivamente com o exercício do jogo exterior”, mas sim com o jogo interior.

A escolha “b” está errada, porque as indagações do referido parágrafo não “apontam para comportamentos inexplicáveis na prática de esportes”, mas sim para questionamentos pessoais internos sobre os porquês do nosso próprio desempenho na execução de atividades externas.

A seleção “c” está incorreta, posto que as perguntas não são retóricas, e o exercício – de tentar respondê-las e identificar os problemas em nosso desempenho relacionados com o nosso controle mental e emocional – é fundamental, segundo o texto para que obtenhamos melhores resultados, e o objetivo do autor não é apenas mostrar a perplexidade considerando a instabilidade na prática de jogo exterior, mas sim conseguir colocar em execução o exercício explicado acima para obter benefícios.

A possibilidade “d” está inverídica, dado que não é especificado que apenas se encontram as respostas quando se abandona o ambiente esportivo, e/ou que esses questionamentos devem ser feitos e que as respostas serão encontradas, quando se abandonar o ambiente esportivo. A alternativa extrapola o texto oferecido.

A opção “e” está certa, em razão de que com a interpretação das indagações do parágrafo terceiro, fazendo uma ligação do jogo exterior com o jogo interior, fica visível que os problemas pouco compreensíveis do jogo exterior podem ser esclarecidos da perspectiva (com a ajuda) do jogo interior.

Isso se respalda na fundamentação de Aquino (2008, p.2), que verbera:

Para entender bem - 5. As questões de interpretação podem ser localizadas (por exemplo, voltadas só para um determinado trecho) ou referir-se ao conjunto, às idéias gerais do texto. No primeiro caso, leia não apenas o trecho (às vezes uma linha) referido, mas todo o parágrafo em que ele se situa. Lembre-se: quanto mais você ler, mais entenderá o texto. Tudo é uma questão de costume, e você vai acostumar-se a agir dessa forma. Então - acredite nisso - alcançará seu objetivo.

9 Questões da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 2017, pelo Cespe (Cebraspe).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Daniarly da Costa²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 2017, para o cargo de nível superior de Professor de Geografia, pela banca examinadora Cespe (Cebraspe).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Geografia pela Faculdade Anhanguera (DF); membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves; coautor do livro *Ética Geral e Profissional*; coautor do artigo *Perspectivas de uma Educação Ideal em um Colégio Real: a importância da contextualização no ensino da Matemática*.

9.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Qualquer língua, escrita ou não, tem uma gramática que é complexa. Do ponto de vista naturalista, não faz sentido afirmar que há gramáticas melhores e gramáticas piores. Não é certo, por exemplo, dizer que a gramática que produz “Os meninos saíram” é melhor do que a que produz “Os menino saiu”. Ambas as frases cumprem a sua função, que é transmitir um certo conteúdo. São duas maneiras de chegar ao mesmo lugar. São duas gramáticas distintas, uma em que a pluralidade é marcada em todos os termos da oração, outra em que o plural aparece marcado apenas no artigo. Mas esses dois modos de falar não são avaliados socialmente da mesma maneira.

O valor social de cada um deles é muito diferente. Aquele que fala “Os menino saiu” não

sabe falar, diz a voz que define qual variedade está correta. Só que há línguas, como o inglês, em que o plural só ocorre em um dos termos: The tall boys left (tradução literal possível, desconsiderada a marca de plural: O alto meninos saiu). É claro que a gramática do inglês não é a mesma gramática do português, mas o nosso ponto é que o plural só está em um lugar na oração do inglês e isso não recebe uma avaliação negativa. No português do dia a dia, é possível marcar o plural em apenas um dos elementos, mas isso é avaliado negativamente.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

De acordo com o texto, “a voz que define qual variedade está correta” faz uma avaliação apenas social das gramáticas do português.

O gabarito dessa questão encontra-se correto entendamos o porquê.

O gabarito encontra-se correto, devido à palavra “voz” ser utilizada no texto, remetente à voz dominante, que poderíamos entender como gramática normativa, aquela que dita as regras da escrita no padrão culto da língua portuguesa. Ou seja, são padrões diferentes de linguagem, que ocorrem dentro de uma mesma língua. Em algumas línguas como o inglês o plural só ocorre em um dos termos.

A gramática do inglês não é a mesma gramática do português, mas o ponto é que o plural só está em um lugar na oração do inglês e isso não é avaliação negativa. É avaliado negativamente o português usado no dia a dia, no qual é possível marcar o plural em apenas um dos elementos.

Dentro dos aspectos linguísticos existem

gramáticas piores e gramáticas melhores. São duas gramáticas distintas, uma determina o plural marcado apenas no artigo, a outra e quando a pluralidade é marcada em todos os termos da oração. Por isso, “a voz que define qual variedade está correta” faz uma avaliação apenas social das gramáticas do português.

De acordo com Marcos Bagno (2007, p.9) afirma que:

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever [pg. 09] apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico.

9.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Qualquer língua, escrita ou não, tem uma gramática que é complexa. Do ponto de vista naturalista, não faz sentido afirmar que há gramáticas melhores e gramáticas piores. Não é certo, por exemplo, dizer que a gramática que produz “Os meninos saíram” é melhor do que a que produz “Os menino saiu”. Ambas as frases cumprem a sua função, que é transmitir um certo conteúdo. São duas maneiras de chegar ao mesmo lugar. São duas gramáticas distintas, uma em que a pluralidade é marcada em todos os termos da oração, outra em que o plural aparece marcado apenas no artigo. Mas esses dois modos de falar não são avaliados socialmente da mesma maneira.

O valor social de cada um deles é muito

diferente. Aquele que fala “Os menino saiu” não sabe falar, diz a voz que define qual variedade está correta. Só que há línguas, como o inglês, em que o plural só ocorre em um dos termos: The tall boys left (tradução literal possível, desconsiderada a marca de plural: O alto meninos saiu). É claro que a gramática do inglês não é a mesma gramática do português, mas o nosso ponto é que o plural só está em um lugar na oração do inglês e isso não recebe uma avaliação negativa. No português do dia a dia, é possível marcar o plural em apenas um dos elementos, mas isso é avaliado negativamente.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

De acordo com o texto, “a voz que define qual variedade está correta” faz uma avaliação apenas social das gramáticas do português. Seriam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto se o trecho “São duas gramáticas distintas” fosse reescrito da seguinte forma: Tratam-se de duas gramáticas diferentes.

O gabarito dessa questão encontra-se errado, entendamos o porquê.

A questão pretende gerar a dúvida do “-se” enquanto partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito. Na qualidade de partícula apassivadora, o verbo concorda com o substantivo, no entanto, o substantivo funciona como núcleo do sujeito paciente. Porém, a norma culta não admite sujeito preposicionado, e o “de” acompanha o substantivo “gramáticas”. Portanto, não se trata de partícula apassivadora. Na qualidade de índice de indeterminação do sujeito, o verbo precisa estar sempre na terceira pessoa do singular seguido de “-se” quando for transitivo

indireto. Estaria certo se a reescritura fosse “Trata-se de duas gramáticas diferentes”. Não se varia em construções o verbo “tratar”. É um sujeito indeterminado, com verbos transitivos indiretos, que acompanha o índice de indeterminação do sujeito “se”.

Maria Tereza de Queiroz Piacentini (2015) afirma que:

Devemos começar observando a presença imprescindível do verbo no infinitivo [conceder, ser] nesse tipo de estrutura frasal. A contração pode ocorrer na seguinte sequência: preposição DE + artigo o, a + substantivo + INFINITIVO. Ou então DE + ele/ela + INFINITIVO. Isso porque na fala há uma natural fusão do DE com a vogal seguinte, ficando DA, DO, DELE, DELA. Entretanto, pela gramática normativa, não se deve fazer isso na escrita porquanto “não existe sujeito preposicionado”.

10 Questões da Polícia Rodoviária Federal, em 2013, pela Quadrix.

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Ana Clara Junqueira Machado²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso da CRB em 2016, para o cargo de nível médio de Técnico, pela banca examinadora Quadrix

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus (DF), membra do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

10.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Leia a tirinha.





{Disponível em www.topisoro.com.br.

QUESTÃO 1

Analise o emprego do pronome "este" no primeiro quadrinho e assinale a alternativa correta sobre ele.

- (a) O pronome não foi corretamente empregado, já que está se referindo ao livro que está nas mãos do interlocutor, o personagem Pateta.
- (b) De acordo com a Norma Culta Padrão, não há qualquer diferença de uso entre os pronomes "este" e "esse". Ambos, portanto, estariam corretamente empregados no contexto da tirinha.
- (c) O mais correto teria sido empregar o pronome "aquele", no contexto da tirinha, por se referir a um livro que não está presente no momento do discurso.

(d) O emprego do pronome "este", no lugar de "esse", já indica que a intenção do personagem Pateta é emprestar o livro ao personagem Mickey.

(e) O pronome foi corretamente empregado por estar se referindo ao livro que está nas mãos do próprio emissor, o personagem Pateta.

A letra "a" está errada, pois o pronome demonstrativo "este" refere-se justamente ao mais próximo.

Na opção "b", "este" se refere a 1ª pessoa, já "esse" a 2ª pessoa, são usados para as pessoas ou coisas na qual se encontram perto da pessoa que fala cujo pronome "este" refere-se ao presente.

A alternativa "c" está errada, o pronome "aquele" refere-se a uma pessoa ou coisa distante.

O gabarito "d" está incorreto, ao contrário do que afirma a alternativa, o "este" localiza os seres em relação a quem emite e o "esse" em relação ao destinatário.

A alternativa certa é a letra "e", pois os pronomes demonstrativos são os que indicam o

lugar em que uma pessoa ou coisa se encontra. Isto é, a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso.

Isso se respalda em Pestana (2013, p.412):

O pronome é uma classe de palavras normalmente variável em gênero e número e que se refere a elementos dentro e fora do discurso. É um determinante quando acompanha o substantivo (neste caso, é chamado de pronome adjetivo, pois tem valor de adjetivo). Quando substitui o substantivo, é chamado de nome substantivo, pois tem valor de substantivo. Muito importante é dizer que o pronome serve para indicar as pessoas do discurso*: 1a(falante), 2a (ouvinte) e 3a (assunto). Este (a/s), isto: refere-se a um ser que está próximo do falante ou que o falante toma como tal ou em referência à correspondência que enviamos. Esse (a/s), isso: refere-se a um ser que está próximo do ouvinte ou que o falante toma. Aquele (a/s), aquilo: refere-se a um ser que está distante do ouvinte e do falante ou de algo que se encontra na pessoa de quem se fala.

10.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Leia a tirinha.





{Disponível em www.topisoro.com.br.

No segundo quadrinho (“O mordomo não é culpado!”), foram empregadas as aspas. O que elas indicam?

- (a) As aspas indicam que a fala do personagem Mickey não é de sua autoria, mas são as palavras que ele lê no próprio livro.
- (b) Não só não há qualquer justificativa para o emprego das aspas, nesse contexto, como também elas configuram um erro grave de pontuação.
- (c) As aspas indicam que o personagem Mickey dá grande ênfase às palavras que diz, procurando chamar a atenção de seu interlocutor.

(d)As aspas indicam que se trata da fala de um personagem e, por isso, deveriam ter sido empregadas em todos os balões dos três quadrinhos.

(e)Não há qualquer justificativa para aspas empregadas no segundo quadrinho.

O gabarito “a” está correto, pois as aspas estão empregadas indicando citação na qual é de uso obrigatório.

A letra “b” está errada, pois é necessário o uso dessa pontuação, indicando a citação a qual Mickey estava lendo.

A alternativa “c” está errada, pois aspas não indicam ênfase como afirmado, a pontuação correta para indicar ênfase é o uso da exclamação.

A opção “d” é incorreta, as aspas não são usadas para dialogar e sim quando há ironia, destacar determinada palavra ou para citar.

A afirmação da letra “e” está incorreta, pois há motivo para que as aspas sejam empregadas, a citação do livro policial.

Isso se respalda na fundamentação de Figueiredo (2015, p.510-511), que verbera:

As aspas são utilizadas, normalmente, em quatro situações: Primeiro caso as aspas, isolam uma citação; segundo caso, isolam estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, gírias; terceiro caso, para dar destaque a uma palavra ou expressão; quarto caso mostrar uma palavra com sentido irônico ou uma palavra em sentido diverso do usual.

11 Questões do TJDF, em 2015, pelo Cespe (Cebbraspe).

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Fabrcio Vieira Resende²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios), em 2015, para o cargo de nível superior de Analista Judiciário – Área Judiciária, pela banca examinadora Cespe (Cebbraspe).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Fortium; Tecnólogo em Redes de Computadores pela Universidade Católica de Brasília; graduando em Direito pela Faculdade Processus (DF); membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

11.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

O objetivo do direito é a paz. A luta é o meio de consegui-la. Enquanto o direito tiver de repelir o ataque causado pela injustiça — e isso durará enquanto o mundo estiver de pé —, ele não será poupado.

A vida do direito é a luta: a luta de povos, de governos, de classes, de indivíduos. Todo o direito do mundo foi assim conquistado. Todo ordenamento jurídico que se lhe contrapôs teve de ser eliminado e todo direito, o direito de um povo ou o de um indivíduo, teve de ser conquistado com luta.

O direito não é mero pensamento, mas sim força viva. Por isso, a justiça segura, em uma das mãos, a balança, com a qual pesa o direito, e, na

outra, a espada, com a qual o defende. A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada é a fraqueza do direito. Ambas se completam e o verdadeiro estado de direito só existe onde a força, com a qual a justiça empunha a espada, é usada com a mesma destreza com que a justiça maneja a balança.

O direito é um labor contínuo, não apenas dos governantes, mas de todo o povo. Cada um que se encontra na situação de precisar defender seu direito participa desse trabalho, levando sua contribuição para a concretização da ideia de direito sobre a Terra.

Rudolf von Ihering. A luta pelo direito. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 5.^a ed. revista da tradução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 31 (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Com referência às ideias apresentadas no texto precedente e a seus aspectos linguísticos, julgue o item a seguir.

O direito é um produto histórico que resulta de constante luta de uma coletividade ou de um indivíduo.

O gabarito da questão é “Certo”. Entendamos o porquê. Infere-se do segundo parágrafo do texto que o “direito” é resultado da “luta” de uma coletividade ou de um indivíduo, conforme a passagem que se segue: “A vida do direito é a luta: a luta de povos, de governos, de classes, de indivíduos”.

Convém ressaltar que a enumeração “a luta de povos, de governos, de classes” traz a ideia de coletividade, já a expressão “de indivíduos” dá base ao final da assertiva. A passagem final do parágrafo, “teve de ser conquistado com luta”, denota a ideia de tempo decorrido, o que

fundamenta a ideia de “produto histórico” da questão em análise.

Isso se respalda em Dicio (2013, p.118): “Aprender a ler equivale a desenvolver no aluno um novo tipo de comportamento linguístico”. Logo, a aprendizagem (de qualquer conteúdo, em geral, e da leitura, em particular) implica uma mudança de comportamento do aprendiz, o que, nesse caso, representa desenvolver a competência em leitura. “Uma leitura que se prendeu muito mais aos significados linguísticos que ao sentido.” Como todo texto é portador de sentido, o leitor deve aprender a extrair dele esse sentido. Um mau leitor não consegue fazê-lo.

11.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

O objetivo do direito é a paz. A luta é o meio de consegui-la. Enquanto o direito tiver de repelir o ataque causado pela injustiça — e isso durará enquanto o mundo estiver de pé —, ele não será poupado.

A vida do direito é a luta: a luta de povos, de governos, de classes, de indivíduos. Todo o direito do mundo foi assim conquistado. Todo ordenamento jurídico que se lhe contrapôs teve de ser eliminado e todo direito, o direito de um povo ou o de um indivíduo, teve de ser conquistado com luta.

O direito não é mero pensamento, mas sim força viva. Por isso, a justiça segura, em uma das

mãos, a balança, com a qual pesa o direito, e, na outra, a espada, com a qual o defende. A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada é a fraqueza do direito. Ambas se completam e o verdadeiro estado de direito só existe onde a força, com a qual a justiça empunha a espada, é usada com a mesma destreza com que a justiça maneja a balança.

O direito é um labor contínuo, não apenas dos governantes, mas de todo o povo. Cada um que se encontra na situação de precisar defender seu direito participa desse trabalho, levando sua contribuição para a concretização da ideia de direito sobre a Terra.

Rudolf von Ihering. A luta pelo direito. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 5.^a ed. revista da tradução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 31 (com adaptações).

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os

autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

A espada e a balança representam dois conceitos a partir dos quais se constrói o sentido do direito, sentido esse que se descaracteriza na falta de um deles.

O gabarito da questão é “Certa”. Entendamos o porquê. Na passagem do último período do terceiro parágrafo, temos: “Ambas se completam”, em que “ambas” se refere à “espada” e à “balança”.

Em seguida, acrescenta: “e o verdadeiro estado de direito só existe onde a força, com a qual a justiça empunha a espada, é usada com a mesma destreza com que a justiça maneja a balança”. Compreende-se do período que o “direito só existe” quando o Estado consegue utilizar, ao mesmo tempo, a espada com força e a balança com destreza. Sem um desses conceitos, o direito ficaria descaracterizado.

Convém ressaltar que o texto aduz que “a justiça segura, em uma das mãos, a balança, com a qual pesa o direito, e, na outra, a espada, com a qual o defende”, mostrando exatamente a interpretação inferível desta questão.

Isso se respalda na fundamentação de Dicio (2013, p.119), que verbera:

O texto “é um instrumento semiótico complexo, gerador de sentido”. Deve-se “iniciar o aluno na leitura de textos”. De fato, dada a complexidade e a riqueza significada de todo texto, deve-se ensinar o leitor a extrair todos os significados nele presentes para bem compreendê-lo.

12 Questões do Tribunal Superior Eleitoral, em 2012, pela Consulplan.

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Rayane Borba da Silva Lúcio²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em 2012, para o cargo de nível superior de Analista Judiciário, pela banca examinadora Consulplan.

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus (DF), membra do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

12.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

A tradição teológica e filosófica nunca conseguiu explicar o “mistério da iniquidade”, a existência do mal como potência do desejo e da ação humana.

Ora, a corrupção é o mal do nosso tempo. Curiosamente, ela aparece como uma nova regra de conduta, uma contraditória “moral imoral”. Da governalidade aos atos cotidianos, o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo transformou-se na sempre saqueável terra de ninguém.

Como toda moral, a corrupção é rígida. Daí a impossibilidade do seu combate por meios comuns, seja o direito, seja a política. Do contrário, meio mundo estaria na prisão. A mesma polícia que

combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.

Mas o problema é que a força da corrupção é a do costume, é a da “moral”, aquela mesma do malandro que age “na moral”, que é “cheio de moral”. Ela é muito mais forte do que a delicada reflexão ética que envolveria a autonomia de cada sujeito agente. E que só surgiria pela educação política que buscasse um pensamento reflexivo.

O sistema da corrupção é composto de um jogo de forças do qual uma das mais importantes é a “força do sentido”. É ela que faz perguntar, por exemplo, “como é possível que um policial pobre se negue a aceitar dinheiro para agir ilegalmente?”

O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. Isso significa que foi também desvalorizada.

Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação

qualquer na contramão do dever é porque no sistema da corrupção o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.

Mas não somente. Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo “fazer como a grande maioria”, levando em conta que no âmbito da corrupção se entende que o que a maioria quer é “dinheiro”.

Verdade é que a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral. É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.

Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. Mas contraditório luxo de pobre, já que a questão da honestidade não se coloca para os ricos, para quem tal valor parece de antemão assegurado.

Daí que jamais se louve nos noticiários a honestidade de alguém que não se enquadra no estereótipo do “pobre”. Honesto é sempre o pobre

elevado a cidadão exótico. Na verdade, por meio desse gesto o pobre é colocado à prova pelo sistema. Afinal ele teria tudo para ser corrupto, ou seja, teria todo o motivo para sê-lo. Mas teria também todo o perdão?

O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um”?

Ora, sabemos que essa “moral imoral” tem sempre dois pesos e duas medidas, diferentes para ricos e pobres. No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade. De categoria ética, ela desce ao posto de irrespondível problema metafísico.

Pois quem terá hoje e coragem de perguntar como alguém se torna o que é quando a subjetividade, a individualidade e a biografia já não valem nada e sentimos apenas o miasma que exala da vala comum das celebridades da qual o cidadão

pode se salvar apenas alcançando o posto de um herói exótico, máscara do otário de vez?

Marcia Tiburi. Cult, dezembro de 2011

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Acerca dos sentidos produzidos pelo texto, analise as afirmativas a seguir.

I. Ser honesto, sendo pobre, significaria agir na contramão das expectativas.

II. Aos pobres, a imoralidade é perdoada.

III. Fugir à moral do “fazer como a grande maioria” significaria ser otário.

Assinale:

a) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

b) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

c) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

d) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

O gabarito e a letra “d” entendamos o porquê. A primeira alternativa está correta: “I. Ser honesto, sendo pobre, significaria agir na contramão das expectativas.”. No texto diz que “Honesto é sempre o pobre elevado a cidadão exótico.”.

A segunda alternativa está incorreta: “II. Aos pobres, a imoralidade é perdoada.” No texto diz “O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralidade sendo pobre, mas não está.”. A autora também destaca: “Ora, sabemos que essa “moral imoral” tem sempre dois pesos e duas medidas, diferentes para ricos e pobres. No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade. De categoria ética, ela desce ao posto de irrespondível problema

metafísico.” O que evidencia o não perdão da imoralidade aos pobres.

A terceira alternativa está correta: “III. Fugir à moral do “fazer como a grande maioria” significaria ser otário.” No texto está escrito “o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.”

Isso se respalda em Souza e Carvalho (1995, p.21-22):

O trabalho de leitura aplica a análise das partes que compõem o texto, bem como suas inter-relações; implica ainda um trabalho de síntese, isto é, a apropriação do conteúdo do texto e sua retenção na memória.[...] A análise divide um conjunto a fim de descobrir e revelar os elementos bem como especificar as relações desses elementos entre si. O trabalho de análise comporta, portanto, a divisão de um todo em partes, com o objetivo da compreensão do todo. O trabalho analítico aplicado à compreensão de texto implica a separação de ideias principais das secundárias. Isso envolve um trabalho cognitivo sobre as estruturas sintáticas, o vocabulário, a construção dos parágrafos e o conteúdo do tema em foco.[...] A síntese é um rico exercício que envolve tanto a leitura quanto a escrita. Ela requer a apreensão bem nítida do que se lê ou escreve, para que possa ser desenvolvida com eficácia. Seu procedimento consiste na retirada de dados secundários, do acessório, em relação às ideias principais, constituem o núcleo semântico do texto.[...]

12.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

A tradição teológica e filosófica nunca conseguiu explicar o “mistério da iniquidade”, a existência do mal como potência do desejo e da ação humana.

Ora, a corrupção é o mal do nosso tempo. Curiosamente, ela aparece como uma nova regra de conduta, uma contraditória “moral imoral”. Da governalidade aos atos cotidianos, o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo transformou-se na sempre saqueável terra de ninguém.

Como toda moral, a corrupção é rígida. Daí a impossibilidade do seu combate por meios comuns, seja o direito, seja a política. Do contrário, meio mundo estaria na prisão. A mesma polícia que

combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.

Mas o problema é que a força da corrupção é a do costume, é a da “moral”, aquela mesma do malandro que age “na moral”, que é “cheio de moral”. Ela é muito mais forte do que a delicada reflexão ética que envolveria a autonomia de cada sujeito agente. E que só surgiria pela educação política que buscasse um pensamento reflexivo.

O sistema da corrupção é composto de um jogo de forças do qual uma das mais importantes é a “força do sentido”. É ela que faz perguntar, por exemplo, “como é possível que um policial pobre se negue a aceitar dinheiro para agir ilegalmente?”

O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. Isso significa que foi também desvalorizada.

Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação

qualquer na contramão do dever é porque no sistema da corrupção o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.

Mas não somente. Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo “fazer como a grande maioria”, levando em conta que no âmbito da corrupção se entende que o que a maioria quer é “dinheiro”.

Verdade é que a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral. É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.

Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. Mas contraditório luxo de pobre, já que a questão da honestidade não se coloca para os ricos, para quem tal valor parece de antemão assegurado.

Daí que jamais se louve nos noticiários a honestidade de alguém que não se enquadra no estereótipo do “pobre”. Honesto é sempre o pobre

elevado a cidadão exótico. Na verdade, por meio desse gesto o pobre é colocado à prova pelo sistema. Afinal ele teria tudo para ser corrupto, ou seja, teria todo o motivo para sê-lo. Mas teria também todo o perdão?

O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um”?

Ora, sabemos que essa “moral imoral” tem sempre dois pesos e duas medidas, diferentes para ricos e pobres. No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade. De categoria ética, ela desce ao posto de irrespondível problema metafísico.

Pois quem terá hoje e coragem de perguntar como alguém se torna o que é quando a subjetividade, a individualidade e a biografia já não valem nada e sentimos apenas o miasma que exala da vala comum das celebridades da qual o cidadão

pode se salvar apenas alcançando o posto de um herói exótico, máscara do otário de vez?

Marcia Tiburi. Cult, dezembro de 2011

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

Assinale a palavra que NÃO tenho sido acentuada pelo mesmo motivo que as demais.

- a)Substituído (7º parágrafo)*
- b)Polícia (3º parágrafo)*
- c)jurisprudência (12º parágrafo)*
- d)Saqueável (3º parágrafo)*

O gabarito é a letra “a” entenda o porquê haverá acento quando a segunda vogal do hiato for *i* ou *u*, acompanhados ou não de *s*. As paroxítonas são acentuadas quando terminam em: *i, is, us, um,*

uns, l, n, r, x, os, ã, ãs, ao, aos, ditongo crescente ou decrescente, tendo ou não s.

Isso se respalda na fundamentação de Bechara (2009, p.67-71), que verbera:

Acentuação – é o modo de proferir um som ou grupo de sons com mais relevos que os outros.

Este relevo se denomina acento. Diz-se que o acento é de intensidade (acento de força, acento dinâmico, acento expiratório ou icto), quando o relevo consiste no maior esforço expiratório. Diz-se que o acento é musical (acento de altura ou tom), quando o relevo consiste na elevação ou maior altura da voz.

O acento de intensidade se manifesta no vocábulo considerado isoladamente (acento vocabular) ou ligado na enunciação a frase (acento frásico).

Acento de intensidade – Numa palavra nem todas as sílabas são proferidas com a mesma intensidade e clareza. Em sólida, barro, poderoso, material, há uma sílaba que se sobressai às demais por ser proferida com mais esforço muscular e mais nitidez e, por isso, se chama tônica: sólida, barro, poderoso, material.

Dizemos que nas sílabas fortes repousa o acento tônico do vocábulo (acento da palavra ou acento vocabular).

Existem ainda as sílabas semifortes chamadas subtônicas que, por questões rítmicas, compensam o seu afastamento da sílaba, tônica, fazendo que se desenvolva um acento de menor intensidade – acento secundário. Delas nos ocuparemos mais adiante.

Posição do acento tônico – Em português, quanto à posição do acento tônico, os vocábulos de duas ou mais sílabas podem ser:

a) oxítonos: o acento tônico recai na última sílaba: material, principal, café;

b) paroxítonos: o acento recai na penúltima sílaba: barro, poderoso, Pedro;

c) proparoxítonos: o acento tônico recai na antepenúltima sílaba: sólida, felicíssimo.

Observações: Em estudávamo-lo, o acento tônico aparece na pré-antepenúltima sílaba, porque os monossílabos átonos formam um todo com o vocábulo a que se ligam foneticamente. É por isso que fá-lo é paroxítono e admiras-te, proparoxítono.

Em português, geralmente a sílaba tônica coincide com a sílaba tônica da palavra latina de que se origina.

Há vocábulos, como os que vimos até agora, que têm individualidade fonética e, portanto, acento próprio, ao lado de outros sem essa individualidade. Ao serem proferidos acostam-se ou ao vocábulo que vem antes ou ao que os segue. Por isso, são chamados clíticos (que se inclinam), e serão proclíticos se se inclinam para o vocábulo seguinte (o homem, eu sei, vai ver, mar alto, não viu) ou enclítico, se para o vocábulo anterior (vejo-me, dou-a, fiz-lhe).

Os clíticos são geralmente monossilábicos que, por não terem acento próprio, também se dizem átonos. Os monossilábicos de individualidade fonética se chamam tônicos.

Alguns dissílabos podem ser também clíticos ou átonos: para (reduzido a pra) ver, quero crer, quero porque quero.

A tonicidade ou a tonicidade de monossílabos e de alguns dissílabos depende sempre do acento da frase.

Acento de intensidade e significado da palavra Acento de intensidade e significado da palavra – O acento de intensidade desempenha importante papel linguístico, decisivo para a significação da palavra. Assim, sábia é adjetivo sinônimo de erudita; sabia é forma do pretérito imperfeito do indicativo do verbo saber; sabiá é substantivo designativo de conhecido pássaro.

Acento principal e acento secundário Acento principal e acento secundário – Em rapidamente, a sílaba ra possui um acento de intensidade menos forte que o da sílaba men, e se ouve mais distintamente do que as átonas existentes nas palavras. Dizemos que a sílaba

men contém o acento principal e o acento secundário da palavra. A sílaba em que recai o acento secundário chama-se, como vimos subtônica.

Geralmente ocorre o acento secundário na sílaba radical dos vocábulos polissilábicos derivados, cujos primitivos possuem acento principal: rápido – rapidamente. Há de se prestar atenção em certos enganos de pronúncia de vocábulos com acento secundário: por exemplo, respeita-se o hiato de tardiamente, e não se acentue fortemente a sílaba inicial: tardiamente.

Acento de insistência e emocional Acento de insistência e emocional – O português também faz emprego do acento de intensidade para obter, com o chamado acento de insistência, notáveis efeitos. Entra em jogo ainda a quantidade da vogal e da consoante, pois, quando se quer enfatizar uma palavra, insiste-se mais demoradamente na sílaba tônica. Os escritores costumam indicar na grafia este alongamento enfático repetindo a vogal da sílaba tônica: “Os dois garotos, porém, esperneiam com a mudança de mãe: – Mentira!... Mentiiiiira!... Mentiiiiiiiiira! – berra cada um para seu lado”. “encasqueta-se-lhes na cabeça que o amor, o amor, o amoor é tudo na vida e adeus”.

O acento de insistência pode cair noutra sílaba, diferente da tônica: maravilhosa, formidável, inteligente, miserável.

Como bem acentua Roudet, a causa essencial do fenômeno do recuo do acento “parece ser a falta de sincronismo entre a emoção e sua expressão através da linguagem. A emoção se adianta à palavra e reforça a voz desde que as condições fonéticas o permitem”.

Este acento de insistência não tem apenas caráter emocional; adquire valor intelectual e ocorre ainda para ressaltar uma distinção, principalmente com palavras derivadas por prefixação ou expressões com preposições de sentidos opostos. São fatos subjetivos e não objetivos. Os problemas de importação e de exportação. Com dinheiro ou sem dinheiro. Diz Bally

que a entoação expressiva e a mímica são para quem fala um permanente comentário de suas palavras. Acento de intensidade na frase

Acento de intensidade na frase – Isoladas, as palavras regulam sua sílaba tônica pela etimologia, isto é, pela sua origem; mas, na sucessão de vocábulos, deixa de prevalecer o acento da palavra para entrar em cena o acento da frase ou frásico, pertencente a cada grupo de força.

Chama-se grupo de força à sucessão de dois ou mais vocábulos que constituem um conjunto fonético subordinado a um acentoônico predominante: A casa de Pedro / é muito grande. Notamos aqui, naturalmente, dois grupos de força que se acham indicados por barra. No primeiro, as palavras a e de se incorporam a casa e Pedro, ficando o conjunto subordinado a um acento principal na sílaba inicial de Pedro, e um acento secundário na sílaba inicial de casa. No segundo grupo de força, as palavras são e muito se incorporam foneticamente a grande, ficando o conjunto subordinado a um acento principal na sílaba inicial de grande e outro secundário, mais fraco, na sílaba inicial de muito.

É quase sempre fácil determinar a sílaba tônica de cada grupo de força; o difícil é precisar, em certos casos, o ponto de divisão entre dois grupos sucessivos.

A distribuição dos grupos de força e a alternância de sílabas proferidas mais rápidas ou mais demoradas, mais fracas ou mais fortes, conforme o que temos em mente expressar determina certa cadência do contexto à qual chamamos ritmo. Prosa e verso possuem ritmo. No verso, o ritmo é essencial e específico; na prosa, apresenta-se livre, variando pela iniciativa de quem fala ou escreve.

Vocábulos tônicos e átonos: os clíticos Vocábulos tônicos e átonos: os clíticos – Nestes grupos de força certos vocábulos perdem seu acento próprio para unir-se a outro que os segue ou que os precede. Dizemos que tais vocábulos são clíticos (que se inclinam) ou

átomos (porque se acham destituídos de seu acento vocábulo). Aquele vocábulo que, no grupo de força, mantém sua individualidade fonética é chamado tônico. Ao conjunto se dá o nome de vocábulo fonético: o rei /urrey/; deve estar /devistar/. [...]

Em português são geralmente átonas e proclíticas as seguintes classes de palavras:

1) artigos (definidos ou indefinidos, combinados ou não com preposição): o homem // um homem // do livro.

2) certos numerais: um livro // três velas // cem homens.

3) pronomes adjuntos antepostos (demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos): este livro // meu livro // cada dia // que fazer?

4) pronomes pessoais antepostos: ele vem // eu disse.

5) pronomes relativos;

6) verbos auxiliares;

7) certos advérbios: já vi, não posso, etc.

8) certas preposições: a, de, em, com, por, sem, sob, para

9) certas conjunções: e, nem, ou, mas, que, se, como, etc.

São enclíticas as formas pronominais me, te, se, nos, vos, o, a, os, as, lhe, lhes, quando pospostas ao vocábulo tônico.

Muitas vezes, uma palavra pode ser átona ou tônica, conforme sua posição no grupo de força a que pertence. Em o arco desaparece, o substantivo arco é tônico; em o arco-íris, passou a átomo proclítico.

Em grande homem, alto mar, os adjetivos são átonos; em homem grande, mar alto, já são os substantivos que se atonizam. Em eu lhe disse os dois pronomes pessoais são átonos proclíticos; em disse-lhe eu, o pronome eu conserva seu acento próprio. Todo este conjunto de fatos é devido a fenômenos de fonética sintática.

Consequência da próclise – Os vocábulos átonos proclíticos, perdendo seu acento próprio para se subordinarem ao do tônico, seguinte, resistem menos à pressa com que são proferidos, e acabam por sofrer

reduções no seu volume fonético. Dentre os numerosos exemplos de próclise lembraremos aqui:

a) a passagem de hiato a ditongo, em virtude de uma vogal passar a semivogal (sinérese): Tuas, normalmente dissilábico, tem de ser proferido com uma sílaba nos seguintes versos de Gonçalves Dias, graças à próclise: “E à noite, quando o céu é puro e limpo, Teu chão tinges de azul, – tuas ondas correm.” Boa (ou boas), em próclise, transforma a vogal o em semivogal, que chega, na língua popular, a desaparecer: “Outros suas terras em boa paz regeram Armando-as com boas leis, e bons preceitos.” [AF.1] “bas noite nhozinho.” [L. Cardoso] 14

b) o desaparecimento da vogal da primeira sílaba de um dissílabo; para > pra: Isto é pra mim. c) o desaparecimento da sílaba final de um dissílabo:

1) santo > são (diante dos nomes começados por consoante): São Paulo, São Pedro;

2) cento > cem: cem páginas;

3) grande > grã, grão: grã-Bretanha, grão-vizir;

4) tanto > tão: tão grande;

5) quanto > quão: quão belo

d) outras reduções como senhor > seu: seu João.

Palavras que oferecem dúvidas quanto à posição da sílaba tônica Palavras que oferecem dúvidas quanto à posição da sílaba tônica – Silabada é o erro de prosódia que consiste na deslocação do acento tônico de uma palavra. Ignorar qual é a sílaba tônica de uma palavra, diz Gonçalves Viana, é ficar na impossibilidade de proferi-la. Numerosas palavras existem que oferecem dúvidas quanto à posição da sílaba tônica.

São oxítonas: aloés, cateter, Cister, harém, Gibraltar, Gulbenkian, masseter, faz-se mister (= necessário), Nobel, novel, recém, refém, ruim, sutil, ureter.

São paroxítonas: acórdão, âmbar, ambrosia, avaro, aziago, barbaria, cânon, caracteres, cartomancia, ciclope, edito (lei, decreto), Epifania 15, exegese, filantropo, fluido (ui ditongo), fortuito (ui ditongo), gratuito (ui ditongo), ibero, impio (cruel), inaudito, látex,

maquinaria, misantropo, necropsia, Normandia, onagro (tb. ônagro), oximoro (tb. oximóron), Pandora, Pólux, pudico, quiromancia, simulacro.

São proparoxítonas (incluindo-se os vocábulos terminados por ditongo crescente): aeródromo, aerólito, álcali, álcool, alcoólatra, alibi (lat.), alvíssaras, âmago, amálgama, ambrósia, anátema, andrógino, antídoto, arquétipo, autóctone, barbárie, boêmia, brâmane, cáfila, condômino, crisântemo, década, díptero, écloga, édito (ordem judicial), Éfeso, êmbolo, epíteto, épsilon, escâncaras (às), êxodo, fac-símile, fíbula, idólatra, ímpio (sem fé), improbo, ínclito, iníquo, ínterim, máxime ou maxime (lat.), ômega, Pégaso, Péricles, Ésquilo, périplo, plêiade (-a), protótipo, Tâmisa, trânsfuga, vândalo.

Palavras que admitem dupla prosódia Palavras que admitem dupla prosódia acróbata ou acrobata; alópata ou alopata; ambrósia ou ambrosia; crisântemo ou crisantemo; hieróglifo ou hieroglifo; nefelíbata ou nefelibata; Oceânia ou Oceania; ortoépia ou ortoepia; projétil ou projetil; réptil ou reptil; reseda (ê) ou resedá; sóror ou soror; homília ou homilia; geodésia ou geodesia; zângão ou zangão.

13 Questões do Banco do Brasil, em 2014, pela Cesgranrio.

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Sérgio Henrique Moreira Lima²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do Banco do Brasil, em 2014, prova aplicada em 15 de março de 2015, para o cargo de nível médio de Escriturário, pela banca examinadora Cesgranrio.

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus (DF), membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

13.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Cartilha orienta consumidor

Lançada pelo SindilojasRio e pelo CDL-Rio, em parceria com o Procon-RJ, guia destaca os principais pontos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), selecionados a partir das dúvidas e reclamações mais comuns recebidas pelas duas entidades

O Sindicato de Lojistas do Comércio do Rio de Janeiro (SindilojasRio) e o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) lançaram ontem uma cartilha para orientar lojistas e consumidores sobre seus direitos e deveres. Com o objetivo de dar mais transparência e melhorar as relações de consumo, a cartilha tem apoio também

da Secretaria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Seprocon)/ Procon-RJ.

Batizada de Boas Vendas, Boas Compras! – Guia prático de direitos e deveres para lojistas e consumidores, a publicação destaca os principais pontos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), selecionados a partir das dúvidas e reclamações mais comuns recebidas, tanto pelo SindilojasRio e CDL-Rio, como pelo Procon-RJ.

“A partir da conscientização de consumidores e lojistas sobre seus direitos e deveres, queremos contribuir para o crescimento sustentável das empresas, tendo como base a ética, a qualidade dos produtos e a boa prestação de serviços ao consumidor”, explicou o presidente do SindilojasRio e do CDL-Rio, Aldo Gonçalves.

Gonçalves destacou que as duas entidades estão comprometidas em promover mudanças que propiciem o avanço das relações de consumo, além do desenvolvimento do varejo carioca.

“O consumidor é o nosso foco. É importante informá-lo dos seus direitos”, disse o empresário,

ressaltando que conhecer bem o CDC é vital não só para os lojistas, mas também para seus fornecedores.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 08 abr. 2014, A-9.

Adaptado.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

A comparação do título da reportagem com o texto integral permite afirmar que o

- a) Texto pode provocar dúvidas nos leitores porque contém muitas siglas desconhecidas.*
- b) Texto contradiz o título, pois desqualifica a orientação aos consumidores.*
- c) Título é inteiramente fiel ao conteúdo do texto, cujo foco é especificamente a defesa dos consumidores.*

d) Texto e o título focalizam os consumidores como o público-alvo da cartilha.

e) Título destaca apenas parcialmente o conteúdo da cartilha de orientação.

A alternativa “a” não é o gabarito, porque a afirmativa “O texto pode provocar dúvidas nos leitores porque contém muitas siglas desconhecidas” está incorreta. No texto as siglas estão claramente identificadas não justificando as dúvidas porventura existentes.

A alternativa “b” não é o gabarito porque a afirmativa “Texto contradiz o título, pois desqualifica a orientação aos consumidores” está incorreta. Não há contradição do título no texto que informa acerca desta orientação e, ainda, destaca a importância dos consumidores. Pelo contrário, o título cumpre seu papel informando que a cartilha é um guia prático de orientação sobre os direitos e deveres dos consumidores.

A alternativa “c” não é o gabarito, porque a afirmativa “Título é inteiramente fiel ao conteúdo do

texto, cujo foco é especificamente a defesa dos consumidores” está incorreta. O título tem o conteúdo parcial do texto, não tendo como foco especificamente os consumidores. Na matéria há também a informação de que a cartilha orienta sobre os direitos e deveres dos lojistas.

A alternativa “d” não é o gabarito porque a afirmativa “Texto e o título focalizam os consumidores como o público-alvo da cartilha” está incorreta. O público alvo são os consumidores e lojistas, pois tratam de seus direitos e deveres, com o objetivo de dar transparência e melhorar as relações de consumo.

A afirmativa correta é a “e”: “Título destaca apenas parcialmente o conteúdo da cartilha de orientação.” O gabarito desta questão é a alternativa “e”, porque subentende-se que o título é parcial, porém cumpre seu papel informando que é uma cartilha de orientação ao consumidor. A ideia global do texto é informar que há um guia prático de direitos e deveres, não apenas dos consumidores, mas dos lojistas também, que o título não destaca.

O gabarito desta questão é a afirmativa “e” porque o título do texto, que é jornalístico, chama a atenção do leitor para o consumidor. No entanto, a informação é parcial, porque no texto há a notícia de que na cartilha tem também a orientação sobre os direitos e deveres dos lojistas, que não constavam no título da matéria.

O texto comunica o lançamento de uma cartilha elaborada a partir das dúvidas comuns selecionadas pelo Sindilojas/Rio e pelo CDL-Rio, em parceria com o Procon-RJ, que destaca os principais pontos do Código de Defesa do Consumidor orientando os consumidores e lojistas acerca dos seus direitos e obrigações.

Assim, o título “CARTILHA ORIENTA CONSUMIDOR” destaca apenas parcialmente o conteúdo da cartilha de orientação que abrange tanto de consumidores como lojistas.

O Jornal parece dar enfoque no leitor, em maioria consumidores, que poderiam ter interesse maior na reportagem por ressaltar no título cartilha que orienta consumidor.

A afirmativa também estaria correta se estivesse escrita sem a palavra “apenas”: “*Título **destaca parcialmente o conteúdo da cartilha de orientação***” ao invés de “*Título **destaca apenas parcialmente o conteúdo da cartilha de orientação***”. A palavra “apenas”, no título, é um advérbio que realça o conteúdo parcial.

Neste caso esta prova se destina a alunos de nível médio, ou seja, a um público específico, com grau de instrução necessário, conforme orienta Cegalla (2005, p.640):

Uma língua pode ser falada ou escrita, conforme se utilizem signos vocais (expressão oral) ou sinais gráficos (expressão escrita). A primeira é viva e atual, ao passo que a segunda é a representação ou imagem daquela. A língua falada é mais comunicativa e insinuante, porque as palavras são fortemente subsidiadas pela sonoridade de inflexões da voz, pelo ritmo da frase, pelo jogo fisionômico e a gesticulação (mímica), recursos que essa língua escrita desconhece. O discurso de um orador inflamado é muito mais belo e empolgante ouvido do que lido. Por outro lado, a expressão oral é prolixa e evanescente, ao passo que a escrita é sóbria e duradoura.

A comunicação oral ou escrita se efetua em diferentes níveis de expressão. Dependendo das circunstâncias que envolvem o ato da comunicação, o indivíduo utiliza um tipo de linguagem adequado à situação: formal ou informal, culta ou coloquial, corrente ou científica, etc. Na conversão familiar, o modo de falar é um, em ambiente cerimonioso é outro. Ao escrever um livro, o autor diversifica a linguagem, conforme a obra se destine a adultos ou crianças.

O grau de instrução do usuário da língua portuguesa, sua profissão, o meio em que vive e a camada social a que pertence são valores que atual fortemente no fenômeno da variação do idioma.

13.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Cartilha orienta consumidor

Lançada pelo SindilojasRio e pelo CDL-Rio, em parceria com o Procon-RJ, guia destaca os principais pontos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), selecionados a partir das dúvidas e reclamações mais comuns recebidas pelas duas entidades

O Sindicato de Lojistas do Comércio do Rio de Janeiro (SindilojasRio) e o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) lançaram ontem uma cartilha para orientar lojistas e consumidores sobre seus direitos e deveres. Com o objetivo de dar mais transparência e melhorar as relações de consumo, a cartilha tem apoio também

da Secretaria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Seprocon)/ Procon-RJ.

Batizada de Boas Vendas, Boas Compras! – Guia prático de direitos e deveres para lojistas e consumidores, a publicação destaca os principais pontos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), selecionados a partir das dúvidas e reclamações mais comuns recebidas, tanto pelo SindilojasRio e CDL-Rio, como pelo Procon-RJ.

“A partir da conscientização de consumidores e lojistas sobre seus direitos e deveres, queremos contribuir para o crescimento sustentável das empresas, tendo como base a ética, a qualidade dos produtos e a boa prestação de serviços ao consumidor”, explicou o presidente do SindilojasRio e do CDL-Rio, Aldo Gonçalves.

Gonçalves destacou que as duas entidades estão comprometidas em promover mudanças que propiciem o avanço das relações de consumo, além do desenvolvimento do varejo carioca.

“O consumidor é o nosso foco. É importante informá-lo dos seus direitos”, disse o empresário,

ressaltando que conhecer bem o CDC é vital não só para os lojistas, mas também para seus fornecedores.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 08 abr. 2014, A-9.

Adaptado.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

De acordo com a norma-padrão, se fosse acrescentado ao trecho “disse o empresário” um complemento informando a quem ele deu a declaração, seria empregado o acento indicativo de crase no seguinte caso:

- a) **a** imprensa especializada*
- b) **a** todos os presentes*
- c) **a** apenas uma parte dos convidados*
- d) **a** suas duas assessoras de imprensa*
- e) **a** duas de suas secretárias*

Observemos a análise de cada alternativa.

Na alternativa “b”, não será empregado o acento indicativo de crase no trecho “Disse o empresário **a** *todos os presentes*”, porque a palavra “todos” é pronome indefinido no plural que não admite artigo “a” ou “as”.

Na alternativa “c”, não será empregado o acento indicativo de crase no trecho “Disse o empresário **a** apenas uma parte dos convidados”, porque a palavra “apenas” é advérbio, que não exige o uso de artigo “a” ou “as”, além disso, é seguida da palavra “uma”, que é um artigo indefinido.

Na alternativa “d”, não será empregado o acento indicativo de crase no trecho “Disse o empresário **a** suas duas assessoras de imprensa”, porque a palavra “suas” é pronome possessivo, sendo facultativo o uso de crase para pronomes possessivos femininos. No entanto, o pronome está no plural, não podendo haver o acento indicativo de crase sobre o “a” no singular. Neste caso, há a presença apenas da preposição.

Na alternativa “e”, não será empregado o acento indicativo de crase no trecho “Disse o empresário a duas de suas secretárias” porque a palavra duas é numeral e está no plural.

A afirmativa correta é a da alternativa “a”:
“a imprensa especializada”. Será empregado o acento indicativo de crase no trecho “Disse o empresário à imprensa especializada” porque o termo regente (disse) é um verbo bitransitivo, que admite o objeto indireto “a imprensa especializada” e, por isso, exige a preposição “a” e o termo regido (imprensa) admite a colocação do artigo “a”.

Isso se respalda na fundamentação de Bechara (2009, p.302-303), que verbera:

Combinação e contração com outras palavras – Diz-se que há combinação quando a preposição, ligando-se a outra palavra, não sofre redução. A preposição “a” combina-se com o artigo definido masculino: a + o = ao; a + os = aos.

Diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que contraem são: 1) com artigo definido ou pronome demonstrativo feminino: a + a = à; a + as = às (esta fusão recebe o nome de crase). 2) a + aquele = àquele; a + aqueles = àqueles; (crase); a + aquela = àquela; a + aquelas = àquelas; (crase); a + aquilo = àquilo (crase).

14 Questões do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2015, pela Vunesp.

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Sheila Braga Siqueira²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do TJSP (Tribunal de Justiça do estado de São Paulo), em 2015, para o cargo de nível médio de Escrevente Técnico Judiciário, pela banca examinadora Vunesp.

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus (DF), membra do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

14.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Ser gentil é um ato de rebeldia. Você sai às ruas e insiste, briga, luta para se manter gentil. O motorista quase te mata de susto buzinando e te xingando porque você usou a faixa de pedestres quando o sinal estava fechado para ele. Você posta um pensamento gentil nas redes sociais apesar de ler dezenas de comentários xenofóbicos, homofóbicos, irônicos e maldosos sobre tudo e todos. Inclusive você. Afinal, você é obviamente um idiota gentil.

Há teorias evolucionistas que defendem que as sociedades com maior número de pessoas altruístas sobreviveram por mais tempo por serem mais capazes de manter a coesão. Pesquisadores da atualidade dizem, baseados em estudos, que

gestos de gentileza liberam substâncias que proporcionam prazer e felicidade.

Mas gentileza virou fraqueza. É preciso ser macho pacas para ser gentil nos dias de hoje. Só consigo associar a aversão à gentileza à profunda necessidade de ser – ou parecer ser – invencível e bem sucedido. Nossas fragilidades seriam uma vergonha social. Um empecilho à carreira, ao acúmulo de dinheiro.

Não ter tempo para gentilezas é bonito. É justificável diante da eterna ambivalência humana: queremos ser bons, mas temos medo. Não dizer bom dia significa que você é muito importante. Ou muito ocupado. Humilhar os que não concordam com suas ideias é coisa de gente forte. E que está do lado certo. Como se houvesse um lado errado. Porque, se nenhum de nós abrir a boca, ninguém vai reparar que no nosso modelo de felicidade tem alguém chorando ali no canto. Porque ser gentil abala sua autonomia. Enfim, ser gentil está fora de moda. Estou sempre fora de moda. Querendo falar de gentileza, imaginem vocês! Pura rebeldia. Sair

por aí exibindo minhas vulnerabilidades e, em ato de pura desobediência civil, esperar alguma cumplicidade. Deve ser a idade.

(Ana Paula Padrão, Gentileza virou fraqueza. Disponível em:
<<http://www.istoe.com.br>>. Acesso em: 27 jan 2015.

Adaptado)

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

É correto inferir que, do ponto de vista da autora, a gentileza

a) representa um hábito primitivo, que pouco afeta as relações interpessoais.

b) é uma qualidade desvalorizada em nossa sociedade nos dias atuais.

c) é uma via de mão dupla, por isso não deve ser praticada se não houver reciprocidade.

d) é prerrogativa dos que querem ter sua importância reconhecida socialmente.

e) restringe-se ao gênero masculino, pois este representa os mais fortes.

De acordo com o texto, a alternativa “a” está errada, pois a gentileza é um ato que se enquadraria mais como atual do que primitivo. A gentileza está ligada diretamente com a relação entre pessoas, ou seja, o contrário do que está descrito na alternativa. Uma vez que a alternativa afirma que “pouco afeta as relações interpessoais”, ao contrário da autora que diz que “você é obviamente um idiota gentil”, referindo-se às opiniões dos outros em relação aos seus atos de gentileza. Por isso, esta alternativa está errada.

De acordo com o texto, a alternativa “b” está correta, pois, nos dias atuais, “Não ter tempo para gentilezas é bonito”, falar das “fragilidades humanas passou a ser vergonha social”. Confirmando assim o texto de que “ser gentil está fora de moda. Estou sempre fora de moda.

Querendo falar de gentileza, imaginem vocês! Pura rebeldia. Sair por aí exibindo minhas vulnerabilidades e, em ato de pura desobediência civil.”

De acordo com o texto a questão “c” está errada, pois gentileza é um ato individual que é praticado independente de outras pessoas. “Você sai às ruas e insiste, briga, luta para se manter gentil. O motorista quase te mata de susto buzinando e te xingando porque você usou a faixa de pedestres quando o sinal estava fechado para ele.” Nesta parte do texto, confirma-se que enquanto um indivíduo tenta ser gentil o outro age o contrário, afirmando assim que a alternativa “c” está incorreta.

De acordo com texto a alternativa “d” está errada, pois “prerrogativa” refere-se a direitos especiais, e a gentileza independe de qualquer direito pessoal. Sendo assim, diante da frase: “Mas gentileza virou fraqueza. É preciso ser macho pacas para ser gentil nos dias de hoje. Só consigo associar a aversão à gentileza à profunda

necessidade de ser – ou parecer ser – invencível e bem sucedido.” Pode-se entender que a opção “d” está errada, pois se diz contrário a prerrogativas.

A alternativa “e” está errada, pois gentileza vem do gênero feminino, e a questão coloca-o como gênero masculino, pela seguinte frase: “É preciso ser macho pacas para ser gentil nos dias de hoje”. Diante desta colocação a questão, torna-se incorreta, pois não é possível atrelar a gentileza ao gênero masculino.

Isso se respalda em Travaglia (2006):

A **competência textual** é a capacidade de, em situações de interação comunicativa, produzir e compreender textos considerados bem formados, valendo-se de capacidades textuais básicas que, segundo Charolles (1979), seriam essencialmente as seguintes: a) **capacidade formativa**, que possibilita aos usuários da língua produzir e compreender um número de textos que seria potencialmente ilimitado e, além disso, avaliar a boa ou má formação de um texto dado, o que equivaleria mais ou menos a ser capaz de dizer se uma sequência linguística dada é ou não um texto, dentro da língua em uso;

b) **capacidade transformativa**, que possibilita aos usuários da língua modificar, de diferentes maneiras (reformular, parafrasear, resumir, etc.) e com diferentes fins, um texto e também julgar se o produto dessas modificações é adequado ao texto sobre o qual a modificação foi feita. Por exemplo, verificar e saber se um resumo realmente é resumo de um texto dado;

c) **capacidade qualificativa**, que possibilita aos usuários da língua dizer a que tipo de texto pertence um dado texto, naturalmente segundo uma determinada tipologia. Por exemplo, dizer se é um romance uma anedota, uma reportagem, uma receita, uma carta, uma narração, uma descrição, um discurso político, um sermão religioso, um artigo científico, um texto literário, etc. Evidentemente a capacidade qualificativa tem a ver com a capacidade formativa, à medida que deve possibilitar ao usuário ser capaz de produzir um texto de determinado tipo.

14.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Ser gentil é um ato de rebeldia. Você sai às ruas e insiste, briga, luta para se manter gentil. O motorista quase te mata de susto buzinando e te xingando porque você usou a faixa de pedestres quando o sinal estava fechado para ele. Você posta um pensamento gentil nas redes sociais apesar de ler dezenas de comentários xenofóbicos, homofóbicos, irônicos e maldosos sobre tudo e todos. Inclusive você. Afinal, você é obviamente um idiota gentil.

Há teorias evolucionistas que defendem que as sociedades com maior número de pessoas altruístas sobreviveram por mais tempo por serem mais capazes de manter a coesão. Pesquisadores da atualidade dizem, baseados em estudos, que

gestos de gentileza liberam substâncias que proporcionam prazer e felicidade.

Mas gentileza virou fraqueza. É preciso ser macho pacas para ser gentil nos dias de hoje. Só consigo associar a aversão à gentileza à profunda necessidade de ser – ou parecer ser – invencível e bem sucedido. Nossas fragilidades seriam uma vergonha social. Um empecilho à carreira, ao acúmulo de dinheiro.

Não ter tempo para gentilezas é bonito. É justificável diante da eterna ambivalência humana: queremos ser bons, mas temos medo. Não dizer bom dia significa que você é muito importante. Ou muito ocupado. Humilhar os que não concordam com suas ideias é coisa de gente forte. E que está do lado certo. Como se houvesse um lado errado. Porque, se nenhum de nós abrir a boca, ninguém vai reparar que no nosso modelo de felicidade tem alguém chorando ali no canto. Porque ser gentil abala sua autonomia. Enfim, ser gentil está fora de moda. Estou sempre fora de moda. Querendo falar de gentileza, imaginem vocês! Pura rebeldia. Sair

por aí exibindo minhas vulnerabilidades e, em ato de pura desobediência civil, esperar alguma cumplicidade. Deve ser a idade.

(Ana Paula Padrão, Gentileza virou fraqueza. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br>>. Acesso em: 27 jan 2015.

Adaptado)

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

Para responder à questão, considere a seguinte passagem, no contexto geral da crônica:

a)expõe o que realmente pensa de quem é gentil com os semelhantes.

b)aponta, ironicamente, o ponto de vista de pessoas não adeptas da gentileza.

c)informa literalmente efeitos positivos que vê na falta de gentileza.

d)adere às ideias dos não corteses, com os quais acaba se identificando.

e)revela que também tolera atitudes não gentis e grosseiras.

Observemos: “Não ter tempo para gentilezas é bonito. [...] Não dizer bom dia significa que você é muito importante. Ou muito ocupado. Humilhar os que não concordam com suas ideias é coisa de gente forte. E que está do lado certo.” Com essas afirmações, a autora:

“a)expõe o que realmente pensa de quem é gentil com os semelhantes.” De acordo com o texto, a questão “a” está errada, pois expõe o contrário do que pensa a autora, quando diz que: “Não ter tempo para gentilezas é bonito. [...] Não dizer bom dia significa que você é muito importante. Ou muito ocupado. Humilhar os que não concordam com suas ideias é coisa de gente forte”. Essa colocação é o oposto do que pensa a autora, nesse sentido a questão “a” está incorreta.

“b)aponta, ironicamente, o ponto de vista de pessoas não adeptas da gentileza.” De acordo com o texto, a questão “b” está correta, pois, a autora confirma a ironia ao dizer que: “Não dizer bom dia significa que você é muito importante. Ou muito ocupado. Humilhar os que não concordam com suas ideias é coisa de gente forte. E que está do lado certo”. Deste modo a alternativa “b” é considerada a correta.

“c)informa literalmente efeitos positivos que vê na falta de gentileza.” A alternativa “c” está incorreta, pois, de acordo com o texto a autora está sendo irônica, quando se refere a questão que: Não ter tempo para gentilezas é bonito. [...]. Não dizer bom dia significa que você é muito importante. Ou muito ocupado. Humilhar os que não concordam com suas ideias é coisa de gente forte. E que está do lado certo. Esta fala foge da real ideia da autora, por isso é considerada incorreta.

“d)adere às ideias dos não cortesões, com os quais acaba se identificando.” De acordo com o texto a alternativa “d” está incorreta, quando diz que

a autora adere às ideias dos não cortesões, com os quais se identifica, pois, ao contrário do que a questão diz a autora não concorda com esta situação e ironiza no trecho em tela. Por isso podemos afirmar que a questão “d” está incorreta.

“e) revela que também tolera atitudes não gentis e grosseiras.” A alternativa “e” é considerada incorreta, pois, quando a autora se refere às seguintes afirmações: “Não ter tempo para gentilezas é bonito. [...] Não dizer bom dia significa que você é muito importante. Ou muito ocupado. Humilhar os que não concordam com suas ideias é coisa de gente forte. E que está do lado certo”. A autora não se refere a ela mesma, e sim a uma situação presenciada por ela. Neste caso, não fala de uma ideia própria e sim de um geral. Sendo assim a alternativa “e” está incorreta.

Isso se respalda na fundamentação de Travaglia (2006, que verbera:

Ora, se tais **enunciados** são frutos de situações de comunicação, são, naturalmente, **textos**, isso significa dizer que se deve propiciar o contato e o trabalho do aluno com **textos** utilizados em situações de interação comunicativa o mais variadas possível. Portanto, se a comunicação acontece sempre por meio de textos, pode-se dizer que, se o objetivo de ensino de língua materna é desenvolver a competência comunicativa, isto corresponde então a desenvolver a capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação. Daí se deduz a importância para o ensino de uma teoria que trata especificamente do texto e o vê como espaço intersubjetivo, resultado da interação entre sujeitos da linguagem que atuam em uma situação de comunicação para atingir determinados objetivos, ou seja, para a consecução de uma intenção mediante o estabelecimento de efeitos de sentido pela mobilização de recursos linguísticos que, em seu conjunto, constituem textos. É isto que tem dado à linguística Textual um papel especial dentre as disciplinas linguísticas no que respeita a fornecer subsídios para o ensino de línguas.

Isso se respalda na fundamentação de Gonçalves (2015), que verbera:

Ironia:

Ocorre ironia quando, pelo contexto, pela entonação, pela contradição de termos, sugere-se o contrário do que as palavras ou orações parecem exprimir. A intenção é depreciativa ou sarcástica.

15 Questões do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2016

Jonas Rodrigo Gonçalves¹

Walter Robson Vieira Torres²

Neste capítulo serão analisadas duas questões de Língua Portuguesa do concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2016, para o cargo de nível superior de Tecnólogo em Gestão Pública (classe E).

¹ Mestre em Ciência Política, especialista em Letras (Linguística: Revisão de Texto), licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês), habilitado em História, Psicologia, Sociologia e Ensino Religioso. Autor de 34 livros técnicos e para concursos. Coordenador dos grupos de pesquisa “Português Jurídico” e “Políticas Públicas”. Revisor de texto e editor-chefe da editora JRG.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus (DF), membro do grupo de pesquisa “Língua Portuguesa e concursos públicos”, sob coordenação do professor Jonas Rodrigo Gonçalves.

15.1 Análise da primeira questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Otávio das Chagas, o pescador sem rio e sem letras, não consegue chegar em casa. Desde que ele e sua família foram expulsos de sua ilha pela hidrelétrica de Belo Monte, Otávio já está na terceira casa. Mas não consegue chegar. Porque para ele aquela terceira ainda não é uma casa. Como não era a primeira nem era a segunda. Sem casa, Otávio não tem mundo. Sem mundo, um homem não tem onde pisar. Os conhecidos avisam: você já viu, seu Otávio está encolhendo. E ele está, porque é isso o que acontece com os homens sem mundo. O que é uma casa é a pergunta que atravessa a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, no Estado do Pará. A pergunta que não foi feita no cadastro nem em momento

algum. É a pergunta que diz quem aquela pessoa é. E onde ela precisa viver para ser o que é. Quando é o empreendedor, o novo nome do colonizador na Amazônia, que determina o que é uma casa, com base no seu mundo e nas suas referências, em geral forjadas na realidade bem diversa do centro-sul do Brasil, a violência se instala. E vidas são aniquiladas. (...) Todas às vezes em que bati em cada uma das três portas, eles passavam fome. Tinham teto, mas passavam fome. Era oficialmente uma casa, mas passavam fome. Em todas às vezes, só havia água na geladeira. Na semana passada, havia também uma cebola pequena. Fome é algo que fracasso em descrever. A fome não se escreve. Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a escritora brasileira que conhecia a fome, escreveu: “A fome é amarela”. (...)

BRUMM, Eliane. *Casa é onde não tem fome: A história da família de ribeirinhos que, depois de expulsa por Belo Monte, nunca consegue chegar*. In: El País, 18 de julho de 2016.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. Eis a primeira:

Segundo o texto, é possível inferir:

a) Otávio Chagas não é exatamente um homem. Foi mais um aniquilado, logo, é um fantasma que circula pela região.

b) a definição de casa é contraditória, pois o conceito presente no cadastro elaborado pelos responsáveis pela construção da Usina de Belo Monte destoa do conceito compreendido pelos documentos oficiais.

c) a casa de uma família é parte da construção de sua identidade, por isso, Otávio Chagas, como sugere a autora, encontra-se sem mundo, sem perspectiva.

d) a família de Otávio Chagas foi expulsa da ilha em que morava por conta da construção da hidrelétrica de Belo Monte, mas teve a oportunidade de refazer a vida no lugar escolhido pelo chefe da casa.

A letra “c” do gabarito está correta porque a definição da resposta se encontra em acordo com o texto, quando se refere à identidade que se opõe no texto a falta de perspectiva, o que não se verifica nas outras alternativas de resposta.

A letra “a” das opções de alternativa de resposta está errada, porque no texto não há referencia de que Otavio chagas seja a ser um fantasma e sim um homem em busca de uma identidade de lar.

A letra “b” das opções de alternativa de resposta está incorreta, porque no texto não há nenhuma menção ou definição de documentos oficiais e a forma que definem casa, impedindo a comparação.

A letra “d” das opções de alternativa de resposta esta incorreta porque no texto não há definição de que Otavio chagas apesar de ter sido expulso da ilha onde morava, tenha tido a oportunidade de refazer a vida no lugar de sua escolha. O texto afirma que “Otávio já está na terceira casa. Mas não consegue chegar. Porque

para ele aquela terceira ainda não é uma casa”. Ou seja, o conceito de lar que a autora agrega ao vocábulo “casa” não é atrelado a qualquer das três moradias de Otavio, pois a escolha não é afetiva.

Isso se respalda em Bechara (2009):

Entende-se por linguagem qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar ideias e sentimentos, isto é, conteúdos da consciência.

A linguagem se realiza historicamente mediante sistemas de isoglossas comprovados numa comunidade de falantes, conhecidos com o nome de línguas, como veremos adiante.

Tal conceituação envolve as noções preliminares do que seja sistema, signo, símbolo e intercomunicação social.

Sistema é todo conjunto de unidades, concretas ou abstratas, reais ou imaginárias, que se encontram organizadas e que se ordenam para a realização de certa ou de certas finalidades.

Entende-se por signo ou sinal a unidade, concreta ou abstrata, real ou imaginária, que, uma vez conhecida, leva ao conhecimento de algo diferente dele mesmo: as nuvens negras e densas no céu manifestam ou são o sinal de chuva iminente; o -s final em livros é o signo ou sinal de pluralizador, assim como em cantas é o signo de 2ª pessoa do singular. Por isso mesmo se diz que tais unidades são simbólicas, já que se entende em geral por símbolo aquilo que, por convenção, manifesta ou leva ao conhecimento de outra coisa, a qual substitui. Assim, o cordeiro

é o “símbolo” da mansidão; o macaco, da astúcia. No que toca estritamente à linguagem humana, pois só ela é a linguagem objeto da linguística, os signos linguísticos diferem dos símbolos porque estes não constituem necessariamente sistema e podem sozinhos e sem nenhuma oposição “simbolizar”. A oposição é um princípio fundamental para a determinação da existência dos signos linguísticos, como veremos adiante. Por fim, intercomunicação social, porque a linguagem é sempre um estar no mundo com os outros, não como um indivíduo particular, mas como parte do todo social, de uma comunidade.

15.2 Análise da segunda questão selecionada

Para este concurso, considerando-se as duas questões selecionadas, a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

Otávio das Chagas, o pescador sem rio e sem letras, não consegue chegar em casa. Desde que ele e sua família foram expulsos de sua ilha pela hidrelétrica de Belo Monte, Otávio já está na terceira casa. Mas não consegue chegar. Porque para ele aquela terceira ainda não é uma casa. Como não era a primeira nem era a segunda. Sem casa, Otávio não tem mundo. Sem mundo, um homem não tem onde pisar. Os conhecidos avisam: você já viu, seu Otávio está encolhendo. E ele está, porque é isso o que acontece com os homens sem mundo. O que é uma casa é a pergunta que atravessa a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, no Estado do Pará. A pergunta que não foi feita no cadastro nem em momento

algum. É a pergunta que diz quem aquela pessoa é. E onde ela precisa viver para ser o que é. Quando é o empreendedor, o novo nome do colonizador na Amazônia, que determina o que é uma casa, com base no seu mundo e nas suas referências, em geral forjadas na realidade bem diversa do centro-sul do Brasil, a violência se instala. E vidas são aniquiladas. (...) Todas às vezes em que bati em cada uma das três portas, eles passavam fome. Tinham teto, mas passavam fome. Era oficialmente uma casa, mas passavam fome. Em todas às vezes, só havia água na geladeira. Na semana passada, havia também uma cebola pequena. Fome é algo que fracasso em descrever. A fome não se escreve. Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a escritora brasileira que conhecia a fome, escreveu: “A fome é amarela”. (...)

BRUMM, Eliane. *Casa é onde não tem fome: A história da família de ribeirinhos que, depois de expulsa por Belo Monte, nunca consegue chegar*. In: El País, 18 de julho de 2016.

De acordo com o texto acima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram duas questões. A segunda questão escolhida foi esta:

Ainda sobre o texto acima, todas alternativas fazem reflexões adequadas sobre suas informações, EXCETO:

a)A fome é um problema que aflige uma parcela da população brasileira e esse problema já foi registrado até na literatura.

b)A fome é um dos temas mais recorrentes na escrita jornalística. A autora, entretanto, se furta a esse tema, pois desconhece as causas e não tem como avaliar os efeitos desse problema.

c)Ao retirarem os ribeirinhos da região de Belo Monte e os levarem para outra localidade, desconsideraram se nesse novo lugar eles teriam condições de sobrevivência.

d)A escritora Carolina Maria de Jesus ao atribuir à fome um status de “amarela” sugere, tal como

Eliane Brumm, que a fome provoca uma situação de desespero, uma situação em que se pode perder a dignidade de ser humano.

A alternativa “b” é o gabarito, pelo fato de haver citação no texto de dois questionamentos contidos na pergunta, sendo que na primeira parte há citação de que a fome é um dos temas mais recorrentes na escrita jornalística, o que não pode ser validado, pois no texto não há tal afirmação, na segunda parte da pergunta em que se afirma que a autora se furta do tema da fome por desconhecê-lo e com isso não possui capacidade de avaliação, não é verídico, pois o texto diz que a autora “conhecia a fome”, apenas fracassava em descrever.

A alternativa “c” não é o gabarito, pois no texto não há citações de que os responsáveis pela realocação dos ribeirinhos pela usina de Belo Monte fizeram tais estudos ou levantamentos sobre condições de sobrevivência das famílias em novo local.

A alternativa “d” não é o gabarito, pois a afirmação contida na questão sobre a escritora “Coralina Maria de Jesus” referente ao status de amarela dado a fome corresponde ao que está descrito no texto, assim como também a citação a escritora Eliane Brumm. A segunda parte da pergunta a que se refere sobre a perda da dignidade do ser humano, não esta contida no texto, seja de forma direta ou indireta.

A alternativa “a” não é o gabarito, pois envolve o universo da intertextualidade, na qual se sabe acerca da questão da fome na realidade social brasileira.

Isso se respalda na fundamentação de Souza (1995, p.64-65), que verbera:

É a leitura rápida, horizontal que se faz para tomar conhecimento do conteúdo geral do texto, através de títulos, subtítulos e da fixação de alguns parágrafos. Esse tipo de leitura pode ser útil num primeiro momento, por exemplo, quando há pressa, podendo ser retomado posteriormente. Assim lemos manchetes de jornais, anúncios e quadros de avisos. Entretanto, muitas vezes o ato de recorrer à leitura inspeccional denuncia falta de hábito de leitura, mesmo que se admitam ritmos de leitura diferentes entre nos indivíduos. Uma leitura apressada, feita sem plena atenção, pode acarretar falha de compreensão e conclusão impertinente. É a leitura atenta, reflexiva, vertical, pausada com possíveis releituras, que visa a apreender e criticar toda a montagem orgânica do texto, sua coerência informativa e seu valor de opinião. Diante de um texto, a somatória de conhecimentos prévios já acumulados pelo leitor. A leitura analítica compreende as seguintes estratégias simultâneas.

Considerações Finais

O domínio da norma culta da Língua Portuguesa é uma necessidade por parte dos aspirantes a cargos públicos. O estudo da gramática normativa constitui relevante contribuição.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou responder “Qual a justificativa dos referidos gabaritos das questões aqui analisadas?” Ou seja, foi analisado qual o fundamento linguístico das respostas oficiais.

Para se chegar ao entendimento do gabarito de cada questão, a pesquisa fundamentou-se na análise linguística, no que tange às regras que compõem a gramática normativa da Língua Portuguesa enquanto ferramenta ao entendimento dos aspectos interpretativos. A assimilação de cada resposta revelou-se muito importante.

Esta obra teve por objetivo analisar questões de concursos recentes. Trouxe a perspectiva de facilitar a compreensão dos exercícios selecionados

por parte dos estudantes de provas para cargos públicos. Logo, buscou-se o aprimoramento do conhecimento que envolve a vasta área da Língua Portuguesa.

A relevância desta obra se dá por ter permitido aos autores um aprofundamento do estudo do idioma pátrio, aplicado às provas estudadas. Para a ciência, constituiu importante contribuição, pois provas de concursos apresentam a aplicabilidade prática da área linguística.

Referências

- ALMEIDA, Antonio Fernando de, ALMEIDA, Valéria Silva Rosa de. *Português básico: gramática, redação, texto*. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AQUINO, Renato. *Interpretação de textos: teoria e 800 questões comentadas*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos de Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. *Nova gramática de português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DIDIO, Lucie. *Leitura e produção de textos: comunicar melhor, pensar melhor, ler melhor, escrever melhor*. São Paulo: Atlas, 2013.
- FÁVERO, Leonor. *Coesão e coerência textuais*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FIGUEIREDO, Adriana. *Gramática comentada com interpretação de textos para concursos*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Gramática Didática e Interpretação de Textos: teoria e exercícios*. 16. ed. Brasília: JRG, 2011.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Gramática didática e Interpretação de Textos: teoria e exercícios*. 17.ed. Brasília: JRG, 2015.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Metodologia Científica e Redação Acadêmica*. 7.ed. Brasília: JRG, 2015.

SOLINGUAGEM. Disponível em:
<http://solinguagem.blogspot.com.br/2011/04/regencia-verbal.html> .Só linguagem Acesso em 21 out. 2017.

KLEIMAN, Angela. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1989.

MARTINS, Dileta Silveira, ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. *Português Instrumental*. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PASCHOALIN, Maria Aparecida, SPADOTO, Neusa Terezinha. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 2008.

PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PIACENTIN, Maria Tereza de Queiroz. *Linguabrasil*. 3.ed, São Paulo, 2015.

SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sergio Waldeck. *Compreensão e produção de textos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interpretação*: uma proposta para o ensino de gramática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VIEIRA, Carlos Daniel S. *Pronomes indefinidos Definição*. Acesso em 07 dez. 2017. Disponível em: http://www.iebvm.g12.br/images/2014/componentes_curriculares/2A_EM/lingua_portuguesa/gram03_pronomes.pdf